



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – FCJS  
CURSO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
DISCIPLINA: MONOGRAFIA ACADÊMICA  
PROFESSOR ORIENTADOR: PROF. SÉRVULO VICENTE MOREIRA

## INTEGRAÇÃO E NEGOCIAÇÃO ECONÔMICA NO MERCOSUL: UM POTENCIAL A SER EXPLORADO

MARIDÉLIA MOURA DE ARRUDA  
MATRÍCULA Nº996711-4

Brasília/DF, junho de 2003.

MARIDÉLIA MOURA DE ARRUDA

INTEGRAÇÃO E NEGOCIAÇÃO ECONÔMICA  
NO MERCOSUL: UM POTENCIAL A SER  
EXPLORADO

Monografia de Final de Curso  
apresentada à Banca Examinadora  
da Faculdade de Relações  
Internacionais do Centro  
Universitário de Brasília - UniCEUB,  
como exigência parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Relações Internacionais.

Prof. Orientador: Sérvulo Vicente  
Moreira

Brasília/DF, junho de 2003.



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS – FCJS  
CURSO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
SUPERVISÃO DE MONOGRAFIA ACADÊMICA

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

MEMBROS DA BANCA	ASSINATURA
1. COORDENADOR DO CURSO Prof.: Tarciso Dal Maso Jardim	
2. SUPERVISOR DE MONOGRAFIA ACADÊMICA Prof.: Arthur Trindade Maranhão Costa	
3. PROFESSOR ORIENTADOR Prof.: Sérvulo Vicente Moreira	
4. PROFESSOR CONVIDADO Prof.: Cláudio Ferreira da Silva	
MENÇÃO FINAL:	

BRASÍLIA, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 2003.

‘

*“Sábio é aquele que sabe que nada sabe”.*

*Sócrates*

Dedico a meus pais, que sustentaram meu sonho de fazer Relações Internacionais em Brasília, mudando-se posteriormente para cá.

A meus amigos de curso que comigo enfrentaram várias situações, que ainda que não fossem do meio acadêmico, foram fundamentais na continuidade da minha jornada.

Aos professores, que quando bons nos instigavam a estudar, e quando maus nos instigavam a buscar os conhecimentos em outras fontes.

A todos aqueles que, de uma forma ainda que indireta, contribuíram na minha formação acadêmica e, com certeza, à minha futura formação profissional.

Sobretudo, dedico este trabalho a DEUS que comigo está a todo momento e me deu forças para acreditar que eu podia e, pois, finalizar a monografia.

Agradeço:

A Deus por estar sempre comigo.

Aos meus pais, fonte realizável de todo meu saber até agora, aqueles que são tudo para mim, pois independentemente do desafio sempre estarão a meu lado porque me amam.

A meu orientador, Professor Sérvulo Vicente, que, com certeza, teve grande influência para este trabalho estar concluído em tempo hábil, sendo compreensivo, dedicado e extremamente profissional e merece, acima de tudo, meu reconhecimento, admiração e respeito.

## **SUMÁRIO:**

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1 JUSTIFICATIVA.....	1
1.2 OBJETIVO GERAL.....	2
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	2
<b>2. HIPÓTESE.....</b>	<b>2</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>2</b>
<b>4. MARCO TEÓRICO.....</b>	<b>4</b>
<b>5. A ORIGEM DO MERCOSUL.....</b>	<b>13</b>
<b>6. FORMAÇÃO DO BLOCO.....</b>	<b>16</b>
6.1 FATOS HISTÓRICOS QUE INFLUENCIARAM A AMÉRICA LATINA.....	19
6.2 PRINCIPAIS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO FÍSICA.....	21
<b>7. SITUAÇÃO ATUAL DO BLOCO.....</b>	<b>24</b>
<b>8. MERCOSUL: AS POTENCIALIDADES DE INVESTIMENTOS.....</b>	<b>28</b>
<b>9. INDICADORES DE CRESCIMENTO.....</b>	<b>34</b>
<b>10. CONCLUSÃO.....</b>	<b>41</b>
<b>11. BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>43</b>
<b>12. LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS.....</b>	<b>46</b>
<b>13. ANEXOS.....</b>	<b>53</b>
13.1. NEGOCIAÇÕES INTRABLOCO.....	53
13.2. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL.....	57
13.3. TRATADO DE ASSUNÇÃO.....	59
13.4. PROTOCOLO DE OURO PRETO.....	65
13.5. PROTOCOLO DE OLIVOS.....	79

## **ABREVIATURAS E SIGLAS:**

ACE – Acordo de Complementação Econômica

AL – América Latina

ALADI – Associação Latino Americana de Integração

ALALC – Associação Latino Americana de Livre Comércio

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

CAN – Comunidade Andina

CECA – Comunidade Econômica do Carvão e do Aço

CEE – Comunidade Econômica Européia (UE – União Européia - a partir de 1992)

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina – órgão da ONU

CMC – Conselho Mercado Comum

EUA – Estados Unidos da América

GMC – Grupo Mercado Comum

IED – Investimento Externo Direto

MCCA – Mercado Comum Centro-Americano

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MRE – Ministério das Relações Exteriores

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PICE - Programa de Integração e Cooperação Econômica

1ª GM – Primeira Guerra Mundial

POP – Protocolo de Ouro Preto

SAM – Secretaria Administrativa do MERCOSUL

2ª GM – Segunda Guerra Mundial

TEC – Tarifa Externa Comum



## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estudar o MERCOSUL de forma a atentar para o potencial que o bloco oferece a seus membros e que no momento não se está utilizando como devido, mas que isso pode vir a se concretizar se assim as partes integrantes o desejarem e, para tanto, investirem.

Para realizar o estudo, o tema teve de ser delimitado em seu aspecto econômico, contudo sempre lembrando que a relevância dos demais aspectos e interdependência para com eles. Primeiramente, então, foi levado a conhecimento o que vem a ser uma integração econômica, embasado em fundamentos teóricos.

Logo em seguida, a partir da idéia de se integrar, buscou-se fazer entender porque o MERCOSUL se formou como bloco integrado, a partir de que fatos isso se deu, e quais os antecedentes que para isso colaboraram. Isto posto, explicou-se a história do bloco já formado, a estrutura institucional que hoje apresenta, e sua situação, econômica e estrutural, vigente, que uma vez exposta abre-nos à visão de onde podemos explorar melhor o potencial do bloco.

Para sua consolidação, o MERCOSUL realizou inúmeras negociações, assinando acordos e tratados fundamentais à sua existência enquanto bloco de personalidade jurídica atuante no cenário internacional em defesa dos interesses de seus componentes. Esse aspecto não poderia deixar de ser abordado.

E, para finalizar, o trabalho expõe os indicadores econômicos já obtidos pelo bloco, quer com seus membros ou em relação a outros países e blocos do sistema internacional.

O trabalho conclui que se há uma perspectiva de crescimento via integração então que se pense em fazer o melhor uso possível dela, para o lucro de todos, em particular, e da região, entendendo-se aí como a América do Sul, a fim de fazer com que essa se torne menos dependente dos países desenvolvidos, obtendo benefícios de seu próprio desenvolvimento.

## **ABSTRACT**

This research has as the objective to study the MERCOSUR aiming the potential that the economic block offers its members. This potential is not being totally used at the moment but it can be consolidated if the member states wish to and therefore invest in it.

To carry through this study, its subject had to be limited to its economic aspects. However we took in account the relevance of the other aspects and the interdependence among them. First, then, we acknowledge what is economic integration, based on theoretical fundamentals.

Then, from the idea of integration, we tried to explain why the MERCOSUR was formed as an integrated block, from what facts that happened and which were the antecedents that collaborated to the formation of the block. Soon after, the history of the already formed block, the institutional structure as it is today and its effective situation, both economic and structural situation are explained, showing us where we could explore better the potential of the block.

For its consolidation, the MERCOSUR carried through innumerous negotiations, signing basic agreements and treaties, vital to its existence as a block with operating “juridical personality” in the international scene. This aspect could not be left out of the research. And, to conclude, the study displays the economic indicators obtained by the block, either within its members or in relation with other countries and blocks of the international system.

The conclusion of the research is that there is a perspective of growth via integration and that the best use of it can lead to profit of the entire region, that is, South America, making it less dependent of developed countries.

# **1. INTRODUÇÃO**

O MERCOSUL representa hoje, início do século XXI, uma fonte importante de recursos para todos os países que resolveram nele se integrar, bem como para aqueles que com o bloco mantém contato, seja qual for a ordem: social, política, econômica.

Para a política externa de seus membros, o MERCOSUL é uma saída para o crescimento a partir da exploração de novos nichos de mercado, troca de cultura, complementariedade industrial e outras formas; para tanto, quanto mais integrado o bloco se encontrar, maiores serão as facilidades de troca e mais vantagens se obtém disso.

Pelo pouco tempo de existência, o MERCOSUL já angariou vários êxitos e rumo para uma maior concretude de seus objetivos. Contudo, ainda falta muito para se tornar um Mercado Comum, como sugere seu nome, o que não significa um empecilho uma vez que o Bloco tem caminhado rumo a isso.

O importante é que o MERCOSUL é um bloco com um grande potencial a ser explorado, que ainda não se desenvolveu por completo. E seus membros devem estar conscientes desse potencial e buscar uma forma de aproveitá-lo da melhor maneira possível, para que todos lucrem com isso. Afinal o objetivo de se integrar é a melhoria da qualidade de vida dos seus povos, o chamado bem-estar social, e se há uma fonte em potencial para esse bem-estar ser obtido, então nela tem-se de investir para o retorno desejado advir.

## **1.1 JUSTIFICATIVA**

O tema MERCOSUL foi escolhido por ser imprescindível à política externa brasileira, no contexto atual, visando apontar potencialidades para um crescimento econômico intra e extrabloco (mediante acordos, parcerias cooperativas etc) que

culminará em conseqüências positivas para todos os membros do bloco, dada a interligação de outros aspectos ao aspecto econômico abordado.

## **1.2 OBJETIVO GERAL**

Verificar o potencial que o MERCOSUL como bloco integracionista pode oferecer a seus países membros no que concerne a maiores benefícios da integração.

## **1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- 1- Analisar a situação atual do bloco.
- 2 - Analisar as negociações intrabloco dos países membros do MERCOSUL
- 2- Identificar os principais indicadores de desenvolvimento econômico do MERCOSUL
- 3- Destacar aspectos da teoria da integração regional e desempenho de blocos como ALALC e ALADI.

## **2. HIPÓTESE**

H0 – O MERCOSUL possui um mercado potencial do qual não se aproveita tanto quanto se poderia aproveitar caso as partes demonstrassem mais interesse na integração.

H1 - As negociações intrabloco dos membros do MERCOSUL são responsáveis pelo crescimento econômico da região e de cada um dos países membros, individualmente.

## **3. METODOLOGIA**

A metodologia aplicada neste estudo foi a exploratória e descritiva com dados secundários coletados em:

- Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE);

- Autoridades do MERCOSUL;
- Livros Específicos (pesquisa bibliográfica);
- Informes;
- Entrevistas com funcionários do MRE;
- Periódicos;
- Visitas à web sites da biblioteca do Instituto para Integração da América Latina, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID/INTAL, do MERCOSUL; do Ministério das Relações Exteriores do Brasil - MRE, do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio do Brasil - MDIC, entre outros.

## 4. MARCO TÉORICO

O conceito de “integração econômica” é recente e está por toda parte desde a Ásia até a América; são processos, segundo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), formados por um conjunto de medidas de caráter econômico e comercial que tem por objetivo promover a aproximação e, eventualmente, a união entre as economias de dois ou mais países.

Acreditando, que o mundo resolve seus “atritos”, de melhor forma, mediante a cooperação internacional é que se faz necessária atualmente, e, especialmente, para os países da América do Sul, uma preocupação em expandir os laços entre os países, buscando um melhor desempenho de cada um no cenário internacional.

Segundo MACHADO (2000:63) a crise que vive a América do Sul hoje, é resultado histórico da elevação dos encargos da dívida externa (a exceção da Bolívia e do Chile) fazendo com que esses países aumentassem sua debilidade política internacional, e a manutenção da política de substituição de importações (que gerou superávits na balança comercial, mas serviu basicamente para atender compromissos financeiros internacionais). Isso transbordou de fato na década de 80 “década perdida”, especialmente ao Brasil, que logrou altos índices de inflação, ademais dos problemas já citados.

Uma das características comuns aos países membros do MERCOSUL é a de que todos, em maior ou menor proporção, passam por dificuldades econômicas. Caso o bloco se organize melhor, de forma a colocar em prática suas políticas de desenvolvimento conjunto da maneira mais ágil possível, haverá crescimento e superação dessas dificuldades por parte desses países. Isso seria alcançar os objetivos finais de uma integração bem sucedida; para tanto, é necessária a observação das necessidades de cada um, bem como a agilização dos processos negociadores, diminuindo a burocracia.

Primeiramente, deve-se observar o quanto já avançou o bloco para depois, analisando-se o quadro atual, poder verificar o que pode ser melhorado. Para tanto, cabe lembrar que o MERCOSUL é tido como uma união aduaneira incompleta. Esse estágio chamado União Aduaneira, corresponde a um grau de integração, entre os países que resolveram se unir em um acordo, onde dispõe-se de ausência de barreiras ao comércio combinada com a criação de uma Tarifa Externa Comum (TEC) empregada para terceiros países. Pressupõe-se, ainda, a harmonização dos instrumentos da política comercial. E o MERCOSUL é uma união aduaneira incompleta pelo fato de possuir essa TEC, embora com alguns problemas, e ainda não ter superado as barreiras ao comércio como o tratamento especial dado ao setor automobilístico e açucareiro subordinadas às regulamentações nacionais de cada país integrante.

Para uma melhor localização do estágio de integração em que o MERCOSUL\* se encontra, toma-se por referência Kunzler (2001:83), assim:

- Tratado: um contrato de um país com outro envolvendo alguma negociação.
- Tratamento de Preferências Comerciais: os países acordantes decidem por reduzirem suas tarifas alfandegárias em benefício de suas economias.
- Zona de Livre Comércio: Aqui começa o processo real de integração. Existe livre circulação de mercadorias, mas não se define uma TEC.
- \*União Aduaneira: livre circulação de mercadorias, acrescido da TEC.
- Mercado Comum: livre circulação de fatores de produção: pessoas, bens, serviços e capitais. Ademais de políticas macroeconômicas e setoriais comuns, harmonização das legislações fiscais, monetárias, cambiais, capitais, aduaneiras, trabalhistas e de sociedades.
- União Econômica e Monetária: harmonização das legislações políticas, econômicas, financeiras e monetárias, administradas por

autoridade supranacional, além de uma moeda única e controle das reservas e taxas de câmbio.

- União Política: Coesão econômica e social. É o último estágio de uma integração; é semelhante a uma confederação.

A integração, então, é um compartilhamento de soberanias, em maior ou menor grau, como pode-se verificar, e cada negociação pode ampliar ou apenas melhorar esse processo de integração. “O processo de integração econômica implica ‘compartilhamento’ de soberanias, ou seja, diversos estados nacionais passando a ser responsáveis pela gestão conjunta e concertada de um conjunto crescente de política e instrumentos comuns” (MACHADO, 2000:23).

KEOHANE (1984:26) aborda a influência do sistema internacional sobre os Estados que não podem se fechar à interdependência ignorando-a: “acredito que o comportamento dos Estados, bem como de outros atores, é fortemente influenciado pelos incentivos e contrações provenientes do ambiente internacional”. O sistema internacional pode até mesmo impor um interesse que cada Estado soberano terá de defendê-lo como seu, ou terá de se defender dele (do interesse imposto).

Com o sistema internacional cada vez mais interligado e, conseqüentemente, as nações em maior interatividade, um dos aspectos que mais se desenvolveu foi o comércio, e para tanto, foi importante também o aparecimento de uma entidade supranacional que o regulamentasse para evitar injustiças na solução de controvérsias. Essa entidade foi a OMC, surgida em 1995 com função de melhorar as negociações multilaterais, ora agindo como um tribunal arbitral, ora como criadora de comércio examinando as políticas comerciais dos países signatários.

Contudo, deve-se lembrar que a integração não consiste apenas no âmbito econômico. Deveras é o lado de mais peso, uma vez que o próprio interesse primário dos países em se unirem vem de um aspecto econômico. Mas outras áreas para uma integração podem ser valorizadas, como uma localização geográfica estratégica, mão de obra e facilidade, pois, de locomoção de pessoas, e outros



muitos pontos. Ressalte-se que, como toda integração começa a partir de um interesse econômico, os outros interesses vão se desenvolvendo a medida em que a integração se aprofunda.

A integração é feita para melhor gerar comércio entre os países integrantes. Mas não ocorre apenas a criação de comércio, o fenômeno “desvio de comércio” também pode estar presente e ser muito prejudicial. “Os benefícios gerados pelo processo de integração dependeriam da magnitude do efeito ‘criação de comércio’, enquanto seus custos estariam associados à magnitude do efeito ‘desvio de comércio’, não existindo *a priori* meios que permitam identificar qual dos dois efeitos deve prevalecer” (Machado, 2000:26).

O fenômeno “desvio de comércio” ocorre quando o fim de criação de comércio é “burlado” por um dos países integrantes que tira vantagem de um terceiro, que não faz parte da integração. Esse é um dos entraves enfrentados pelos países em integração, mas o maior problema mesmo é se chegar a um consenso geral, e para isso servem as negociações.

Para o MERCOSUL, no estágio atual de negociação em que se encontra e somado a isso o contexto do sistema internacional vigente, as melhorias poderiam advir de uma expansão das negociações do bloco a toda América do Sul. E essas negociações já ocorrem, mas uma aposta na intensificação delas e uma maior proximidade dos países latinos componentes deste hemisfério sul da América, poderia resultar ao bloco um maior crescimento, com menos custos e maior entendimento entre os países que, de certa forma, têm um objetivo comum: ser menos dependente dos países desenvolvidos e terem uma economia mais competitiva mundialmente.

Países da América do Sul estão enfrentando crises em seus sistemas políticos internos e problemas com a expansão de sua política externa. Os países têm mais força e maior expressão no cenário internacional quando unidos em uma integração do que sozinhos. “O mercado regional ampliado oferece maiores

oportunidades para o aproveitamento e geração de competitividade do que o mercado nacional isolado” (MACHADO, 2000:55).

A melhor maneira de um país conseguir um desempenho mais satisfatório no sistema internacional é buscando forças, unindo-se a outros países com interesses convergentes, num regionalismo. Esta opção é vantajosa para países despreparados a engajarem em movimentos de liberalização comercial abrangentes e não-condicionados.

Os passos integracionistas, ou seja, os crescentes graus de integração é que irão facilitando, aos poucos, a inserção de cada país. O regionalismo não exclui o multilateralismo dos países, e em alguns casos até mesmo facilita. Mas isso é mérito de discussão dos teóricos da integração.

As teorias nos apresentam diversos enfoques do sistema integracionista. São discussões quanto aos impactos econômicos resultantes da formação de zonas de livre comércio e uniões aduaneiras. A Teoria da Integração, especificamente, é também chamada de Teoria das Uniões Aduaneiras.

Primeiramente, é necessário se fazer uma distinção entre integração e cooperação internacional. Ambas são formas de expandir a política externa de um país, mas são conceituações muito distintas.

A integração diz respeito a um processo gradual de eliminação de barreiras entre países, sejam elas sociais, econômicas ou políticas, a fim de se buscar um bem-estar comum às sociedades de todos os parceiros envolvidos, cada um em sua proporção, cada um a seu tempo. Integração envolve cessão de parte da soberania para se buscar um bem comum dos membros envolvidos.

Já a cooperação internacional nada implica em cessão de soberania, ao contrário, há uma proteção desta. Busca-se um bem-estar interno a cada país independentemente, é um jogo onde quase sempre um sai mais beneficiado que o

outro porque cada um busca seu comodismo individualmente. A cooperação internacional se dá no âmbito de acordos internacionais que podem ser finitos e quando acaba sua vigência, não há mais vínculo, e a integração é um processo que, a cada ponto conquistado, o vínculo aumenta e, não há um tempo de se encerrar – a menos que o parceiro declare formalmente que quer se desligar.

O MERCOSUL, especificamente, possui tanto a integração – que é o processo que vive os membros principais – vivida atualmente por uma fase de união aduaneira imperfeita, como possui também cooperação internacional com terceiros, desde que adquiriu voz ativa no cenário internacional com sua personalidade jurídica.

Para se alcançar o bem-estar social dos países, nesse contexto capitalista vigente desde o pós-guerra, é fomentado seu lado econômico para angariar riqueza e se aplicar, teoricamente, à população. A primeira forma de integração que os países buscam é aquela que lhes traga recursos monetários. Inicia-se o processo, então, mediante uma integração econômica; e é esta integração que os teóricos se ativeram a estudar chamando-a de Teoria da Integração Econômica. Essa teoria analisa a influência de uma fusão de mercados nacionais sobre o crescimento e examina a necessidade de coordenação das políticas econômicas no interior de uma união.

"Os motivos políticos podem levar ao primeiro passo para a integração econômica, mas esta também actua na esfera política; do mesmo modo, se os motivos iniciais são econômicos, a necessidade de uma unidade política pode surgir mais tarde" (BALASSA,1972:19).

A primeira teoria a ser apresentada é a Teoria Clássica que analisa, basicamente, criação e desvio de comércio. Além disso, a análise dos teóricos clássicos revelam bens consumidos em proporções fixas e independente de preços relativos. Dentre esses teóricos encontramos Viner que diz: "processos de

integração econômica podem gerar mais custos que benefícios, reduzindo o nível de bem-estar em vez de aumentá-lo” no que se refere ao desvio de comércio.

A Segunda geração de teoria acredita que mesmo ocorrendo desvio de comércio pode-se haver ganhos em termos de bem-estar, pois ele pode ser compensado mediante o aumento do consumo do bem produzido na região, dado que os consumidores passam a ser capazes de ajustar a demanda à taxa de transformação definida pelo mercado. Mas essa Segunda geração conclui que só se podem extrair os impactos da formação das uniões aduaneiras analisando-se 3 tipos de bens:

1. Produzidos internamente,
2. Importados do país sócio,
3. Importados de terceiros.

Isso feito encaixa-se esses bens em: situações de livre comércio, mercado protegido e união aduaneira.

A teoria da década de 60 se baseia na especialização dos países a partir de suas vantagens comparativas. “COOPER e MASSEL (1965) procuram investigar os fundamentos analíticos para o estabelecimento de uma união aduaneira fundada na hipótese de que a ação deliberada de dois países na busca de espaço para a concertação no âmbito da política tarifária pode constituir uma opção mais vantajosa, em termos de resultados, do que as ações individuais dos países” (MACHADO, 2000:38).

A nova teoria diz que quanto maior for o tamanho do mercado, mais intensas as economias de escala e, portanto, mais baixos tenderão a ser os custos de produção.

O certo é que “as reflexões teóricas acerca do fenômeno da integração econômica ganham nova dimensão na medida em que a avaliação dos custos e

benefícios decorrentes da formação de uma união aduaneira deixa de ficar restrita à análise clássica, permitindo lidar com fenômenos como a ampliação das escalas de produção, a redução de distorções de mercado, a ocorrência de comércio intra-indústria e a diversificação da pauta de bens disponíveis para o consumo, muito embora não fazendo referência explícita aos impactos decorrentes da formação de mercados regionais unificados” (MACHADO,2000:49). Agora se aplica a teoria dos jogos que avalia os impactos da criação de mercados integrados e a capacidade das empresas de discriminar preços em distintos países. “A formulação teórica evolui em resposta à mudança da própria realidade” (VAZ,2002:27).

Há um ponto importante a se destacar, que ressalta que os movimentos integracionistas surgiram mas não de maneira uniforme, ou seja, a integração que se teve na Europa, distingue-se das existente na América do Sul, que por sua vez difere da existente na América Central, ou na África, ou mesmo na Ásia meridional. "devem dar-se ponderações diferentes aos vários factores no movimento de integração econômica na Europa e outros continentes" (BALASSA, 1972:16).

BALASSA (1972:20) analisa duas correntes de idéias suscitadas sobre o estudo acerca da integração: os liberais Allais, Röpke e Heilperin e os dirigistas Weiler, Philip, Byé assim designados por ele. Ele as descreve assim: ‘os defensores do liberalismo econômico encaram a integração regional como um regresso aos ideais livre-cambistas do período anterior à 1ª GM, e, no extremo oposto, a integração poderia também ser alcançada através do comércio estadual e da coordenação dos planos econômicos nacionais sem levantamento das barreiras aduaneiras. Esta alternativa rejeita o uso dos métodos de mercado e confia apenas nos meios administrativos exteriores ao mercado’. Pode-se concluir que uma corrente apregoava o livre comércio, enquanto a outra, a intervenção estatal. O autor diz ainda "países actualmente subdesenvolvidos necessitam de uma maior intervenção estatal na vida econômica do que as economias evoluídas".

Os países da América do Sul que hoje enfrentam crises não podem ficar dependentes dos interesses da potência hegemônica, no caso atual os Estados

Unidos, esperando que apenas uma cooperação com os “grandes” - entenda-se aí países desenvolvidos - seja a saída para seu crescimento. É necessário buscar cooperação com os países vizinhos e se ajudarem mutuamente, até mesmo porque a hegemonia não é eterna, hoje lá estão os Estados Unidos, mas amanhã pode ser outra potência hegemônica (hegemón) e os laços construídos podem ruir e trazer inúmeros malefícios. Por isso, é importante uma maior quantidade de parceiros comerciais e uma maior independência quanto ao hegemón.

Países que entram num processo de integração, independente do grau que esteja esse processo, devem ter em mente preocupações acerca de algumas políticas comunitárias, como as: política de concorrência, que aplicará regras e verificará práticas de *dumping*; política de transportes, harmonizando normas, técnicas, melhorando a infraestrutura; política monetária, ponto de difícil discussão por repercutir fortemente na soberania dos Estados participantes; política agrícola; política de pescas; política industrial; política de investigação e desenvolvimento tecnológico; política energética; política do ambiente; ademais de uma preocupação com a coesão econômica entre os países envolvidos e com a política regional em si, instituições, infraestrutura e outros.

A integração pode se dar ‘setor a setor’, como no Plano Stikker, 1951, como também simultaneamente vários setores. A integração setor a setor é desfavorável, uma vez que: gera problemas de desigualdade entre os setores, problemas ainda no ajuste de preços relativos e redistribuição dos recursos, ademais da geração de encargos para uns países membros e aumento de reservas para outros, a falta de coordenação nas políticas monetárias, fiscais e outras gerando problemas à política setorial, e o conflito entre países produtor x consumidor. Há casos de sucesso da integração ‘setor a setor’, como por exemplo a CECA; mas é desaconselhável esse tipo de expansão, dando-se preferência ao segundo tipo.

## 5. A ORIGEM DO MERCOSUL

Para se entender o porquê da criação do MERCOSUL há de se fazer uma retomada histórica em relação ao processo de integração iniciado, sobretudo, na América Latina. A partir de então se pode analisar como veio a surgir o MERCOSUL, e, posteriormente, pode-se, enfim, questionar o porquê de sua criação.

Após a Segunda Guerra Mundial o mundo passou a se reorganizar. Na Europa, “os países recém saídos de uma guerra devastadora precisavam criar mecanismos de integração, até por razões de ordem política” (PABST, 1998:96).

O Brasil, particularmente, estava, na década de 50, apostando em sua indústria nascente e no modelo de substituição de importações. Em geral, a América Latina apresentava países com problemas internos a serem sanados, mas ao mesmo tempo se encontrava envolvida pela onda integracionista que surgia, de modo especial, na Europa.

Em 1960 surge o primeiro modelo integracionista latino-americano, a ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comércio), que não logrou êxito por uma série de motivos, dentre eles por:

- haver um excesso de proteção à soberania;
- indústrias, que deveriam se complementar, estarem concorrendo entre si;
- haver carência de uma autoridade supranacional que obrigasse ao cumprimento dos dispositivos do Tratado de Montevideu;
- haver limitações ao desgravamento tarifário (pouca flexibilidade).

À época da ALALC o processo de integração ainda era algo incipiente com o qual não se sabia exatamente como lidar, uma vez que ela foi a primeira tentativa latino-americana nesse sentido integracionista. “O exemplo europeu não pode ser usado para demonstrar que os países estavam errados quando decidiram pela

introdução gradual e mais cautelosa do processo integratório” já que na América Latina o impacto da Segunda Guerra foi menor que na Europa, e não existia uma necessidade inerente de se integrar.(PABST, 1998).

Posteriormente à ALALC, veio a ALADI que permitia em sua estrutura jurídica, a formação de acordos subregionais, plurilaterais e bilaterais de integração, como a CAN (Comunidade Andina das Nações), MERCOSUL, Grupo dos Três (México, Colômbia e Venezuela), a fim de posteriormente, estes confluírem para a criação de um espaço econômico comum.

Contudo, a ALADI não é um sucesso em integração uma vez que os países membros não têm um intercâmbio comercial tão vasto quanto o almejado. E foi pensando em ampliar relações que o MERCOSUL surgiu. São 4 países, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, membros da ALADI, que se juntaram a fim de fomentar o comércio mais intensamente entre eles, e mais 2 membros especiais – Bolívia e Chile.

O MERCOSUL é, pois, um estreitamento de laços entre países que visam inserir-se no sistema internacional de forma lúcida – levando-se em consideração as fraquezas de cada país e o “espaço” oferecido para essa inserção – a fim de que cada país componente desenvolva-se economicamente e prospere frente às demais economias do mundo. É um passo a mais dado por países da América Latina, frente às freqüentes mudanças advindas da globalização. E é também uma forma de proteger as pequenas economias que se encontram na América do Sul dando-lhes força, em forma de integração, para se expandirem.

O importante é estar claro que a criação do MERCOSUL não se deu em um repente, com uma ação diplomática isolada, mas sim mediante um longo período de aproximação entre os 4 países membros, especialmente do Brasil e da Argentina, que inicialmente queriam compor um Mercado Comum Bilateral, firmado na Ata de Buenos Aires.



Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, MRE, os principais aspectos que favoreceram a criação do MERCOSUL foram:

- ♦ o fenômeno da globalização da economia;
- ♦ a tendência à regionalização pelo mundo (fluxos de capital, bens e serviços);
- ♦ o multilateralismo econômico e seus impactos;
- ♦ o esgotamento do Modelo de Substituição de Importações;
- ♦ a tomada de consciência da existência do entorno geográfico, do qual se podia tirar proveito;
- ♦ a convergência de novas políticas econômicas (abertura do mercado interno, busca de competitividade, maximização das vantagens comparativas e a reforma do papel do Estado – mais democrático e menos intervencionista;
- ♦ o protecionismo e o quadro recessivo de muitas economias desenvolvidas que absorviam grande parte das exportações latino-americanas, que agora se viam marginalizadas.

A partir de então, Argentina e Brasil se viram com necessidade de redefinirem sua inserção mundial e regional. Visavam, nesse momento, à criação de comércio, buscando competir no mercado internacional, transformando os sistemas produtivos nacionais.

## 6. A FORMAÇÃO DO BLOCO

O MERCOSUL surge em decorrência de inúmeras negociações que não possuem datas específicas de início, mas que se intensificam por volta da década de 1980. Surge, ainda, pelo exemplo de integração que começou a se desenvolver na América Latina em que se constatou a importância da força do comércio em forma de integração. Mas, acima de tudo, o MERCOSUL surge porque Brasil e Argentina começam a se enxergarem como vizinhos que podem gerar vantagens um para o outro, e a partir do estreitamento de relações entre esses dois parceiros é que se concretiza a criação posterior do Bloco, ao qual, depois, aderem os outros 2 países membros efetivos: Paraguai e Uruguai.

O pós guerra (de 1945) foi importante para impulsionar o integracionismo em todo o mundo. Para o caso específico do MERCOSUL, os acordos entre Brasil e Argentina, desde a época de Frondizi na Argentina e Getúlio no Brasil, foram os propulsores iniciais para a criação do Bloco, que só se concretizaria, de fato, em 1994. Contudo, como a primeira forma para o MERCOSUL, tal como é hoje, advém do Tratado de Assunção em 1991, cabe-se analisar o período um pouco anterior a essa data para se verificar quais os fatos históricos que influenciaram na real formação do Bloco e adesão de seus membros.

Como situação vigente para a Ordem Mundial temos: os “Estados Unidos como líder global que expande seus valores e princípios para o resto do mundo, a União Europeia poderosa economicamente, mas que não representa um ator estratégico militar importante, e no contexto do MERCOSUL, uma formação de 4+1 (quatro mais um) para negociar que barganha tanto com a União Europeia quanto com a possível futura ALCA (Área de Livre Comércio das Américas)” (LARRAÑAGA, 2002:27).

A manifestação do desejo de integrar surgiu bem antes dos períodos citados e fortaleceu-se a partir da década de 70, mais exatamente em 1975, com o tratado bilateral Brasil-Paraguai para a construção da Itaipu Binacional, que depois virou

acordo tripartite somando a Argentina às cotas das usinas de Itaipu e Corpus. E, enfim, em 1985 assinou-se a Declaração de Iguaçu, realizando o primeiro passo da integração. Convém lembrar que o Uruguai só adere em 1988 com a Ata da Alvorada e o Paraguai com a Ata de Buenos Aires.

Em se tratando da América Latina, mais detalhadamente, a década de 80 foi problemática tanto para o Brasil quanto para os demais países. Já a década de 90 para o Brasil foi de gradual abertura econômica, combate à cultura inflacionária, pacotes e planos econômicos para restringir a dívida pública, aumentar exportações, de alguma forma melhorar a situação brasileira. Enquanto isso a Argentina, principal parceiro comercial do Brasil na América do Sul, vivia uma política de paridade cambial, que mais tarde lhe culminaria em uma crise insustentável na economia do país.

Em 1990, a Ata de Buenos Aires, fruto do Tratado de Integração de 1988, estabeleceu o PICE - Programa de Integração e Cooperação Econômica - que pregava princípios de flexibilidade, gradualidade, equilíbrio dinâmico e simetria aos atuais componentes do MERCOSUL. Somou, posteriormente, essa ata à Ata da Amizade Argentino-Brasileira que reforça o PICE, e, foi o passo que decidiu antecipar o prazo de conformação de um mercado comum para dezembro de 1994. Criou ainda o Grupo Mercado Comum de ministros da economia e do comércio e estabeleceu o Estatuto das Empresas Binacionais Argentino-Brasileiras.

Em 26 de março de 1991 Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinam o Tratado de Assunção que estabeleceu:

1. um regime de certificação de origem para o espaço integrado;
2. cláusulas de salvaguarda contra as importações intraregionais de produtos (\*que vigiam até 1995);
3. um sistema de solução de controvérsias;

#### 4. 10 (dez) subgrupos de trabalhos subordinados ao grupo Mercado Comum.

O MERCOSUL possui protocolos institucionais (que regem a composição e institucionalização para formação do bloco) e operacionais (aqueles que ocorrem dentro do bloco já formado, regulando atividades específicas) . “Os protocolos assinados no âmbito do MERCOSUL foram se integrando ao Tratado de Assunção, contribuindo, em maior ou menor medida, para configurar o sistema comunitário”. “Os protocolos institucionais correspondem à estruturação dos órgãos e mecanismos de governo e administração do MERCOSUL” (KUNZLER,2001:102).

O mais importante dos protocolos é o Protocolo de Ouro Preto que, definitivamente, institui o MERCOSUL dando-lhe personalidade jurídica, assinado em 17 de dezembro de 1994. Esse protocolo revoga normas do Tratado de Assunção, com alteração do texto a fim de adequá-lo à nova situação. A estrutura reduzida do MERCOSUL fica assim concebida:

- Conselho Mercado Comum (composto por ministros das Relações Exteriores e pelos ministros da Economia dos países que o compõem) que é órgão superior do MERCOSUL, conduzindo a política do processo de integração, e
- Grupo Mercado Comum; Secretaria Administrativa; Comissão de Comércio; Comissão Parlamentar Conjunta; Foro Consultivo Econômico-Social e Foro de Consulta e Concertação Política.

“Entre todos os projetos de integração concebidos na América Latina desde à década de 60, o MERCOSUL é o único em que as negociações lograram produzir avanços efetivos em termos do aprofundamento da relação econômica entre os países da região” (MACHADO,2000:148).

“A partir de 1996 o bloco incorporou, por meio de acordos de livre comércio na forma 4+1, o Chile e a Bolívia. Em paralelo, a Comunidade Andina – CAN - e o Brasil planejaram também algum tipo de aproximação que, seguramente, levará a

um acordo de livre comércio MERCOSUL/CAN. A generalização deste processo permitiria que os 11 países associados na ALADI se integrassem de uma forma mais eficaz que a conseguida por projetos anteriores de integração” (LARRAÑAGA,2002:14).

### **6.1. Fatos Históricos que Influenciaram a América Latina**

Há alguns momentos históricos importantes, que influenciaram o contexto mundial e, especialmente, a América Latina para que ele se encontre tal como está hoje, os quais devem ser lembrados, ainda que em pontos:

- 1945 fim da Segunda Guerra Mundial. 1947 aprovação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR);
- 1948 criação da CEPAL;
- 1950 criação do Mercado Comum Europeu.;
- 1960 início de um período de isenções fiscais e reserva de mercado caracterizando a política industrial brasileira, tornando o setor automobilístico o mais protegido da economia;
- 1961 assinatura do Tratado de Montevideu (criação da ALALC);
- 1965 criação dos mecanismos de Crédito Recíprocos (CCR) na Alalc;
- 1969 criação do Grupo Andino (CAN);
- 1969 assinatura do Tratado da Bacia do Prata;
- 1971 suspensão do padrão-ouro pelos EUA (em crise pela exportação de sua inflação);
- 1973-1979 duas crises do petróleo;

- 1974 os países da América Latina, sofrendo impactos da crise do petróleo, começam a se endividarem;
- 1980 criação da ALADI, assinatura do Convênio Nuclear BrasilxArgentina;
- 1982 Argentina x Inglaterra na Guerra das Malvinas (EUA apoia Inglaterra, quebrando a pouca credibilidade do TIAR);
- crise da dívida externa, com grande impacto nas economias em desenvolvimento;
- 1985 iniciam os contatos entre Brasil e Argentina, através da Declaração do Iguaçu. 1986 formulação da Ata para a Integração Brasil-Argentina. Inicia-se também o processo de democratização das economias latino-americanas;
- 1988 assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, embrião do MERCOSUL;
- 1989, vitória do capitalismo, queda do muro de Berlim;
- 1991 fim da URSS. Guerra do Golfo (Iraque e Kuwait). Processo de Unificação da Alemanha. Assinatura do Tratado de Assunção – MERCOSUL;
- 1991-1994 período de transição (seguindo o Cronograma de Las Leñas)
- 1992 inflação e taxas de juros em queda, preços razoáveis do petróleo;
- 1993 negociação da TEC (Tarifa Externa Comum) no MERCOSUL;
- 1994 criação da OMC (importante passo para as negociações no mundo todo). Criação do Plano Real no Brasil. Completa-se o quadro normativo do MERCOSUL e este é também dotado de personalidade jurídica;
- 1995 criação da Tarifa Externa Comum;

- 1996 assinatura do Acordo para uma Sede da Secretaria Administrativa do MERCOSUL (optou-se, aí, pela criação de instituições intergovernamentais sem caráter supranacional);
- 1997 crise na Ásia e negociações da ALCA reduzindo ritmo negociador do MERCOSUL. 1998 crise na Rússia;
- 1999 crise no Brasil (desvalorização do REAL), crise no MERCOSUL (controvérsias, aplicação de salvaguardas pela Argentina, violando o Tratado de Assunção);
- 2000 efeitos da crise sobre a Argentina. Aprovada nova agenda de trabalho dando prioridade às compras governamentais, defesa da concorrência e investimentos para se “relançar o MERCOSUL”;
- 2001 atentado terrorista nos EUA (mexe com a hegemonia do país e gera tensão no mundo inteiro que teme contra-ataque). Aprofundamento da crise da Argentina. Queda nos negócios do MERCOSUL.

## 6.2. PRINCIPAIS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO FÍSICA

### PRINCIPAIS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA

Setor Estimado*	Projetos	Montante
Geração de Energia Elétrica	Corpus	3.500
	Itatí – Itacorá	2.414
	Garabí	1.300
	Yaciretá	920
	Caipendi	564
Redes de transporte	Yaciretá-Garabí - Porto Alegre	564
De Energia Elétrica	Itaipú-Corpus - Yaciretá	150
Redes de GÁS	Sta. Cruz de la Sierra(Bolívia) - São	1.600

	Paulo	
	Paraná - Uruguayaba – Porto Alegre	385
	Tartagal - Tacopila (Nor – Andear )	330
	Cnel, Cornejo - Mejilones (Gas Atacama)	230
	Loma de la Lata-Bio Bio	317

- milhões de dólares

Fonte: CEI com base em CEP e IDB

### PRINCIPAIS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO EM MATÉRIA DE ESTRADAS E VIAS FERROVIÁRIAS

Projeto	Situação	Montante estimado*
Auto-estrada São Paulo - Bs As	Não disponível	2.500
Estrada de Ferro Santos-Arica/Antofagosta	Lista de Projetos	1.000
Estrada de Ferro Antofagosta – Paranaguá	Lista de Projetos	550
Ponte Rosário - Victoria	Em construção	350
Estadas Integradoras Argentina – Chile	Estudos de viabilidade	321
Estrada de Ferro Gen.Luz – Pelotas	Estudos de viabilidade preliminar	270
Estrada de Ferro Transandina Sul	Estudos de viabilidade preliminar	168

- milhões de dólares

Fonte: BID



**PRINCIPAIS PROJETOS DE INTEGRAÇÃO EM  
TRANSPORTE FLUVIAL E MARÍTIMO**

<b>Projeto</b>	<b>Situação</b>	<b>Montante estimado</b>
Hidrovia São Paulo - River Plate	Parte brasileira em execução	2.300
Hidrovia Cáceres - Nova Palmira	Lista de projeto	1.000
Reabilitação Portos do Chile	Plano de investimento	460
Melhoramento Rio Grande (br)	Estudos de viabilidade preliminar	200
Modernização Portos do Brasil	Projeto	200
Modernização Porto de Santos	Projeto	200
Canal Martin Garcia	Em execução	100
Ampliação Porto Sepetiba	Processo de implementação	150
Transformação Porto-Rosário	Em execução	100

- milhões de dólares

*Fonte: CEI com base em CEP, BID e Subsecretaria de Transporte*

## 7. SITUAÇÃO ATUAL DO BLOCO

Em 26 de março de 2003, completou-se 12 anos de MERCOSUL. Em 1991 estava sendo assinado o Tratado de Assunção instituindo o bloco regional, a partir da iniciativa dos presidentes Sarney no Brasil e Afonsín na Argentina na década de 1980 de intensificar o comércio na região.

O momento é de concentrar esforços para o que ainda está por vir (a curto ou longo prazo) e pensar em o que pode ser melhorado dentre as conquistas já obtidas. Para tanto, sonham, os otimistas, com um parlamento do MERCOSUL, um tribunal judiciário, uma moeda única, posteriormente, enfim, a implantação de um autêntico direito comunitário, com características de autonomia, supremacia e aplicação direta de normas comuns.

Um primeiro passo à supranacionalidade foi dado em dezembro de 2002. Ficou decidido, na última reunião de Presidentes dos países membros que a Secretaria Administrativa do MERCOSUL se transformaria em um órgão técnico comum. Na mesma reunião, firmou-se o Protocolo de Olivos que procurou aperfeiçoar o sistema de soluções de controvérsias, permitindo uma instância de revisão das arbitragens, que estão previstas desde o Protocolo de Brasília de 17 de dezembro de 1991.

Atualmente, o MERCOSUL não vive o seu melhor momento econômico, apesar de apresentar um bom contexto político. Ademais, o mundo vive uma realidade de interdependência que torna cada vez mais difícil a inserção e o sucesso das pequenas economias, uma vez que a influência de uma crise do outro lado do mundo pode vir a afetar a América do Sul, por exemplo, como se tivesse ocorrido em um dos países dela pertencente. Então, o Bloco pode dar força para essas pequenas e “frágeis” economias atuarem no cenário internacional de forma integrada.

Dentre os inúmeros problemas do MERCOSUL, os mais marcantes são:

1. A falta de homogeneidade das normas técnicas, falta de homogeneidade, também, na incorporação das normas pela Constituição de cada país membro (e ao valor que lhes é atribuído);
2. Políticas especiais aos setores automobilístico (desde a época de Juscelino Kubitschek) e açucareiro;
3. Inexistência de políticas macroeconômicas;
4. Diferenças nas metodologias para se computar indicadores relevantes;
5. Falta de maior comprometimento das autoridades nacionais dos 4 países;
6. Falta de mecanismos para participação mais integrada dos dois outros membros menores (Paraguai e Uruguai), como projetos verticalizados;
7. Falta de mais acordos setoriais que contemplem períodos de ajustes, promoção de iniciativas conjuntas para exploração de mercados extrazona e redefinição de cronogramas em temas sensíveis;
8. Carência de uma infraestrutura nas áreas fronteiriças;
9. Carência de maior integração física (hidrovia, ferrovia, rodovia etc) e integração energética, importantes para o desenvolvimento da outras formas de integração e, principalmente, a comercial;
10. Assimetria das economias (impossível de se corrigir no presente momento).

Os primeiros problemas como bloco surgem desde início. O Brasil exigia pagamento à vista das importações, pela Argentina, de têxteis, arroz e milho; contudo, os argentinos enfrentavam recessão em seu país e criticavam, pois, a

medida adotada pelos brasileiros (o que culminou em medida argentina de salvaguarda, novamente, depois de outras no setor de lã e algodão e, posteriormente, ao de calçados).

Em 1997 é que a grande crise do bloco se deflagra pela pressão dos Estados Unidos na formação da ALCA e o risco de diluição do MERCOSUL. Soma-se a isso a desvalorização do REAL (moeda brasileira) em 1999 e a recessão no Bloco como um todo. O ministro da Economia Argentina, a época, Sr. Domingo Cavallo, chega mesmo a sugerir que o bloco retroceda a uma área de livre comércio.

Depois de muitas conturbações a Argentina tem de desvalorizar o peso, em 2001, acabando com o regime de paridade com o dólar, iniciado na década de 1990 (visto pelo Consenso de Washington como uma solução aos problemas dos países subdesenvolvidos). A economia argentina entra em falência, o que compromete não só as exportações brasileiras mas todo o bloco.

Agora, em 2003, parece estar passando esse momento aterrador de crises, e com o “relançamento” do bloco em 2000, o comprometimento dos países integrantes do MERCOSUL parece ter aumentado. Só o fato de transformar a Secretaria Administrativa em órgão técnico, já se demonstra uma mentalidade um pouco mais comunitária, e um pouco menos soberana, conseqüentemente.

É certo que os setores açucareiros e automobilísticos ainda provocam dores de cabeça. Não é fácil acabar com o tratamento especial dado a esses setores uma vez que o automobilístico – Brasil - possui peso político e econômico que influenciam até nas políticas nacionais: no balanço de pagamentos, evolução técnica do país, nível de emprego, condições de crescimento macroeconômico, e o açucareiro – na Argentina - teme a concorrência, elevando suas taxas a níveis mais altos que os impostos pela OMC - Organização Mundial do Comércio. Em nível de comparação, a OMC impõe 35% e a Argentina 80%.

Mas o bloco já evoluiu bastante, e um dos sinais disso é o amadurecimento, por parte de todos os membros, quando da negociações com outros blocos, como a CAN e o MCCA, por exemplo. O formato 4+1 de negociações é que contribuiu para essa evolução citada.

O governo dos EUA, agora liderado pelo presidente George W. Bush, aumentou a pressão sobre o estabelecimento da ALCA, o que complica, segundo Larrañaga (2002:48), o quadro político e econômico do MERCOSUL ampliado. Ainda segundo ele, o bloco apresenta alguns assuntos pendentes como:

- ◆ O setor açucareiro e o automotivo;
- ◆ O setor de alimentos: especificando em frangos, porcos e similares, de origem brasileira, e maçã e outras frutas de origem argentina. Problemas fitossanitários ou de *dumping*.
- ◆ A TEC: há listas de exceções ainda com muitos produtos protegidos.

O MERCOSUL, atualmente, discute adesão à ALCA ou a União Européia, mas o que busca, de fato, é inserir-se mais competitivamente no cenário internacional independente de essas duas propostas, dando prioridade às relações com seus vizinhos geográficos.

## 8. MERCOSUL: AS POTENCIALIDADES DE INVESTIMENTO

Por ser uma união aduaneira imperfeita, há muito para se caminhar no MERCOSUL a fim de se fazer jus ao nome de Mercado Comum do Sul. A começar por aperfeiçoar a fase “união aduaneira” corrigindo as imperfeições da TEC e abrindo-se mais à integração, deixando um pouco de lado a preocupação enquanto país soberano e passando a se preocupar com o bloco em geral.

Visto de um lado otimista, segundo o MRE do Brasil, o MERCOSUL é um agrupamento regional de reconhecido peso econômico e de incontestável estabilidade política, que tem, assim, atraído, cada vez mais, o interesse de investidores de todo o mundo.

A política internacional ocupa papel de destaque no rol das preocupações de políticas e autoridades brasileiras e dos países vizinhos. Algumas declarações:

“O MERCOSUL pode rumar à maior concretude, valendo-se da maior ingerência dos órgãos parlamentares, dos quais se espera maior protagonismo em prol da legitimidade democrática do processo. Mais que uma Comissão Parlamentar, o MERCOSUL real clama por uma instituição mais efetiva, de natureza legislativa, apta a produzir e fazer valer um ordenamento jurídico comum” (Carlos Eduardo Caputo Bastos e Jorge Fontoura. Artigo- Gazeta Mercantil, 28/03/2003, Caderno Centro-Oeste p.2).

"Nossa relação com a União Européia é fantástica, e com os Estados Unidos é muito importante, mas precisamos abrir novas fronteiras e não temos o direito de ficar esperando alguém nos convidar." Palavras do Presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva no Rio, ao abrir um seminário no BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - sobre as relações comerciais entre Brasil e China. (Folha de São Paulo, 01/05/03).

“Os países do MERCOSUL - Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai - vão apresentar à União Européia (UE) uma lista adicional de produtos que querem ver incluídos no acordo de liberalização birregional. Trata-se de mercadorias do setor de agronegócios, como açúcar, lácteos, vários tipos de carnes, fumo, arroz, trigo e azeite de oliva, todos do maior interesse comercial do MERCOSUL e alvos de fortes barreiras na Europa.” “O embaixador do Brasil na União Européia (EU), José Alfredo Graça Lima, teve uma dura missão esta semana: tentar sensibilizar parlamentares europeus sobre a necessidade de aceitarem uma reforma da Política Agrícola Comum (PAC) que tenha impacto positivo sobre as negociações na Organização Mundial de Comércio (OMC).” (Gazeta Mercantil, 02/05/03).

“...o registro que fica é que o País parece motivado a uma inserção externa, independentemente de acordos como os que vêm sendo negociados na Alca e entre o MERCOSUL e a União Européia” (Gazeta Mercantil, 30/04/03).

“O governo brasileiro quer estimular o aumento das importações dos 11 vizinhos sul-americanos com o objetivo não só de equilibrar o comércio, como também reforçar a integração regional” (Gazeta Mercantil, 30/04/03) .

Anunciado pelo ex-presidente Carlos Menem (1989-1999) como seu futuro chanceler, caso consiga um novo mandato nas eleições do próximo dia 18, o jornalista e advogado Jorge Castro afirma que a prioridade da política externa argentina deve ser "a relação com o Brasil e o MERCOSUL". (Folha de São Paulo, 02/05/03) . Contudo, não se pode afirmar que Menem leve a cabo essa sua declaração, uma vez que quando esteve no poder agiu de forma oposta. E os anseios brasileiros são para que a oposição vença as eleições. a hipótese da eleição de Carlos Menem é bem mais ameaçadora do que a da vitória de Néstor Kirchner. (Editorial) (Folha de São Paulo, 30/04/03).

“Itamaraty diz que fato é inédito: Peru, Bolívia e Venezuela endossam vaga permanente para o País. O Brasil já contabiliza o apoio de três vizinhos (Bolívia, Peru e Venezuela) para ocupar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança

(CS) da Organização das Nações Unidas (ONU), caso o órgão seja reformado e ampliado”. (Gazeta Mercantil, 30/04/03).

O MERCOSUL tem, como atrativo, um mercado potencial de 210 milhões de habitantes a ser explorado, em uma área de 12 milhões de quilômetros quadrados onde se encontra a principal reserva de recursos naturais do planeta. É um potencial lucrativo imenso que se perde porque poderia estar sendo aproveitado, minimamente, mediante o ecoturismo, pesquisas medicinais, complementariedade industrial, e muitos outros, não fosse a burocracia ainda fortemente presente no bloco; possivelmente por possuir caráter intergovernamental em vez de supranacional.

Somado a isso, pode-se afirmar que o MERCOSUL é a quarta economia do mundo, com PIB total de 1,1 trilhão de dólares, o que só aumenta, devido a suas negociações com terceiros países ou outros blocos, como a CAN, com quem pretende viabilizar uma zona de livre comércio e que sua taxa de crescimento, de 91 a 96 (período anterior à crise que o bloco começou a passar) foi de 3,9% - maior que a média mundial, e que, nesse mesmo período, o comércio intrabloco cresceu 312%. Isso faz refletir que tudo rumo a uma prosperidade dessa integração – se não houver abalos significativos mundialmente que impeçam seu crescimento - e que isso possa gerar benefícios a todos, que é a finalidade de se integrar.

O crescimento do comércio entre os membros do MERCOSUL, fez crescer o número de *joint ventures* entre os principais parceiros intrabloco, Brasil e Argentina, como fez também a TEC estar hoje oscilando entre 0% e 20% (com média de 15%), o que torna o bloco um dos mais abertos do mundo, e incentiva maior interligação industrial entre os países membros.

O crescimento econômico de cada um dos membros do MERCOSUL faz gerar uma confiança no modelo integracionista, além de fortalecer o regime democrático que propicia a liberdade dos países em se dar o direito de integrar. O Bloco tem, ainda, uma preocupação em manter um relacionamento, com terceiros



países, amplo e variado, sem privilégios a um ou outro país. Isso lhe assegura maior poder de barganha no cenário internacional e lhe confere, conseqüentemente, direito à melhor escolha de inserção de seus produtos nos mercados requerentes.

Diz o MRE brasileiro em seu *web site*: “A compatibilidade jurídica do MERCOSUL com a ALADI e o GATT, a eficácia e a estabilidade da estrutura institucional provida pelo Protocolo de Ouro Preto, o êxito econômico-comercial da integração e o status de entidade dotada de personalidade jurídica garantem ao MERCOSUL a condição de parceiro atrativo para os principais atores econômicos mundiais”.

“O MERCOSUL já celebrou acordos de livre comércio com o Chile (1996) e a Bolívia (1997), de que resultaram uma ampliação do acesso de vários produtos brasileiros àqueles mercados (ônibus e caminhões, no caso do Chile; bens de capital e siderúrgicos, no caso da Bolívia, por exemplo). Ambos passaram assim a usufruir "status" de "países associados" ao MERCOSUL sem entretanto se tornar membros plenos.”. Isso é incentivo visível a outros membros, principalmente da ALADI, de se incorporarem, de alguma forma, ao Bloco, visando a expansão deste e o benefício de todos. É passo dado, e de importância regional para todos os países que estão presentes.

O mercado apresenta dúvidas ao ter que decidir se o MERCOSUL, enquanto bloco, engaja-se à ALCA ou à União Européia; ou, antes disso, fortalece-se hemisfericamente (referência feita ao hemisfério sul das Américas). O acordo com a ALCA prevê o início das eliminações das barreiras a partir de 2005, mas, embora esteja tudo até que, de certo ponto, bem estruturado, como já se definiu a montagem da estrutura e da organização das negociações, na Reunião Ministerial de São José, a União Européia continua sendo o principal parceiro comercial. Com a União Européia, o MERCOSUL tem assinado o Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação Econômica e Comercial que contempla objetivos de aproximação e cooperação nas mais variadas áreas, como comércio, meio-ambiente, transportes,

ciência e tecnologia e combate ao narcotráfico. Institui, igualmente, mecanismo de diálogo político entre os dois agrupamentos.

Segundo LARRAÑAGA (2002:65), há alguns desafios que o bloco terá de enfrentar num futuro próximo, como:

- ◆ A coordenação macroeconômica: coordenação ou harmonização das políticas agropecuárias, industriais, de serviços, fiscais, monetárias, de capitais, de serviços alfandegários, de transporte, de telecomunicações e investimentos estrangeiros, com definição de posição única em foros internacionais.
- ◆ Harmonização das operações alfandegárias: de solução simples, bastando harmonizar os horários de funcionamento das alfândegas de cada país membro, as tecnologias de informação, procedimentos e exigências. Pode-se, também, optar pela duplicação alfandegária, como o exemplo de São Borja/Santo Tomé.
- ◆ Ajuste das assimetrias tributárias: A divergência do sistema tributário dos membros provoca, as vezes, a dupla tributação e a guerra fiscal.
- ◆ Defesa comercial e da concorrência: o código, de defesa do consumidor, melhor elaborado é o brasileiro. Poderia servir de molde aos demais.
- ◆ Aprimorar o sistema de soluções de controvérsias: através de negociações diretas e, se necessário, com intervenção do GMC para avaliar e resolver a situação em 60 dias. Se persistisse o problema, então se encaminharia ao CMC para uma recomendação em 120 dias (conforme anexo III do Tratado de Assunção).

Há que se levar em conta as expectativas dos países membros para que a integração seja, de fato, algo próspero para todos os envolvidos.

A Argentina procura um mercado para seus produtos de tecnologia média e produtos básicos; onde o Brasil é mercado cada vez mais relevante, e Paraguai e

Uruguai são clientes tradicionais. O Brasil preocupa-se com o comércio intra-regional para a colocação de produtos brasileiros de tecnologia média e intermédia, além de reivindicar a liderança política sub-regional. O Paraguai, por ter posição geográfica comprometida quanto ao acesso ao oceano Atlântico ou Pacífico, o que dificulta o escoamento de sua produção, depende do bloco para sobreviver. Uma de suas fontes é a de energia elétrica, que gera-lhe uma receita importante. O Uruguai é dono de bons portos e pode prestar serviços aos demais, ademais de desenvolver em si uma plataforma de serviços logísticos e uma base de serviços financeiros com características de paraíso fiscal. Necessita bastante do bloco para o seu desenvolvimento.

Quanto aos dois parceiros especiais: A Bolívia, tal qual o Paraguai, tem posição geográfica que compromete o acesso aos oceanos. O que mais lhe gera renda são as jazidas de gás. E o Chile, é um membro que serve como saída aos mercados asiáticos; e só não adere ao MERCOSUL porque sua alíquota é mais baixa que a do bloco, comercializa com 9% e o MERCOSUL com 13%.

LARRAÑAGA (2002:54) reitera, ainda, que a construção de um ordenamento jurídico-institucional conjunto, a participação do empresariado, a constituição de empresas binacionais, os investimentos dos membros nos demais países do bloco e, os esforços do mundo acadêmico têm e estão contribuindo para fortalecer o processo integrador. “Um MERCOSUL organizado e crescendo terá maior poder de negociação frente ao G7, NAFTA, ALCA, OMC, UE e outros grupos, e servirá melhor aos interesses dos membros”.

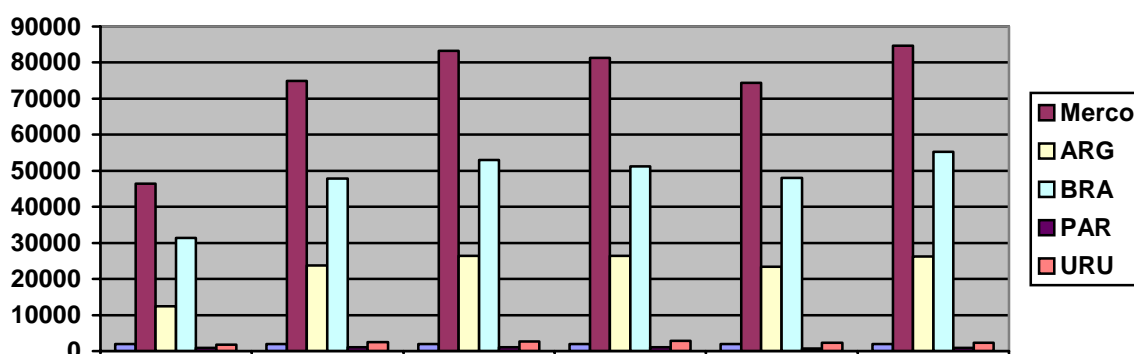
Embora o Bloco esteja fortalecido e bem integrado, não possui capacidade de total autonomia das economias desenvolvidas, uma vez que ele é composto de economias nacionais fragilizadas. É dizer que em algum momento terá de optar por favorecer a ALCA ou a EU, unindo-se a uma, “excluindo” a outra. E esse impasse vem perdurando sem resolução. O aconselhável é que, enquanto não há nada estabelecido em definitivo, os países sul-americanos unam forças para melhorarem as condições de suas economias.

## 9. INDICADORES DE CRESCIMENTO

O MERCOSUL representa cerca de 70% do território sul-americano, 64% da população e 60% do PIB. São 11,9 milhões de quilômetros quadrados com 210 milhões de habitantes, 1,1 trilhão de PIB somado com as exportações que excedem os 80 bilhões de dólares e as importações em torno dos 95 bilhões de dólares.

É importante ressaltar que desde a criação do Bloco em 1991 as exportações entre os 4 países membros efetivos quintuplicaram passando de U\$4 bilhões para U\$21 bilhões no período de 1990/1998. Houve um período de queda intensificado a partir de 1999, e vive-se um período que tende a ser de retomada do crescimento a partir de 2001.

### EXPORTAÇÃO GLOBAL – FOB milhões de dólares – período de 1999-2000.



Fonte: Aladi, 2001

	1990	1996	1997	1998	1999	2000
Merco	46.433	74.998	83.284	81.338	74.322	84.604
ARG	12.353	23.811	26.431	26.434	23.333	26.251
BRA	31.413	47.747	52.986	51.120	48.011	55.188
PAR	956	1.043	1.141	1.014	741	871
URU	1.708	2.397	2.726	2.770	2.237	2.294

Fonte: Aladi, 2001

Segundo o MRE: O programa de liberalização comercial do MERCOSUL proporcionou, nestes últimos oito anos, um ímpeto sem precedentes no comércio

intra-zona. O comércio regional entre membros do bloco cresceu cerca de 300% entre 1991 e 1999, chegando, no final do ano passado, à casa dos 18 bilhões de dólares. A título de comparação, vale destacar que esse mesmo comércio aumentara apenas 60% entre 1980 e 1991. As trocas comerciais entre o Brasil e seus parceiros tem-se desenvolvido continuamente, a uma média anual de 20% nos últimos seis anos. Resultado natural dessa nova prosperidade regional, aumentou muito o número de parcerias empresariais nos quatro países. Apenas as *joint ventures* entre empresas brasileiras e argentinas já totalizavam, em 1997, investimentos de cerca de 2 bilhões de dólares

### PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO NO MERCOSUL

Países	ARGENTINA	BOLÍVIA	BRASIL	CHILE	PARAGUAI	URUGUAI
P R O D U T O	1. Cereais e oleaginosas 2. Combustíveis minerais 3. Resíduos ind. Gêneros alimentícios	1. Zinco 2. Soja 3. ouro	1. Produtos metalúrgicos 2. Material de transporte 3. soja	1. Cobre 2. Frutas 3. Peixes congelados 4. celulose	1. Soja 2. Algodão 3. Madeira	1. Carne e têxteis 3. Couro

**Fonte:** Dresdner Bank Latinamerica – L.<sup>a</sup> Highlights 02/2001

### PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - MERCOSUL

Principais Produtos Agrícolas	Café, soja, milho, trigo, algodão, cana de açúcar, tabaco, arroz, cítricos, bananas, uva, maçãs, chá, erva mate, sorgo, borracha, gado bovino, gado ovino, gado porcino, frangos.
-------------------------------	---

**Fonte:** Ministério das Relações Exteriores – site MERCOSUL <[www.mre.gov.br/MERCOSUL](http://www.mre.gov.br/MERCOSUL)> Acesso em maio de 2003..

A crise do MERCOSUL, evidenciada pelo abandono brasileiro a seu modelo cambial, desvalorizando a moeda em relação ao dólar (em 1999), revelou as imperfeições e fragilidade do processo integracionista do bloco e ressaltou a importância da coordenação das políticas macroeconômicas dos países membros.

**MERCOSUL: INTERCÂMBIO COMERCIAL**  
(milhões de US\$ FOB)

	Exportações		Importações		Saldo	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001
<b>Intra-Regional</b>	31.625	30.605	30.799	27.508	826	3.079
<b>Global</b>	104.338	106.797	108.305	101.788	3.977	5.009

Fonte: Aladi/SEC/ *Evolución de Proceso de Integración Regional durante 2001*.

Nota-se crescimento de 272,76% no saldo intra-regional de 2000 para 2001, e de 25,95% no contexto global.

Para se ampliar a atuação do bloco, convém observar que muitas áreas podem ser abrangidas, como: direitos humanos, meio ambiente, economia entre outros, mas esse trabalho se atém à economia. Contudo, é importante observar que, de um forma ou de outra, todas as áreas se entrelaçam quando o que se busca é o desenvolvimento como um todo. Uma das áreas que deve ser desenvolvida para que o sucesso econômico se amplie, é a de infra-estrutura física. Uma maior interligação entre os países, via ferrovia, hidrovia, etc pode aumentar o fluxo de comércio na região. Para tanto, deve-se observar a seguinte rede logística do MERCOSUL (ampliado) que deveria estar o mais integrada possível:

**PRINCIPAIS NÓS DA REDE LOGÍSTICA DO MERCOSUL AMPLIADO**

<b>ARGENTINA</b>	Buenos Aires – Pólo principal e porto Córdoba, Mendoza, Neuquén – Centros Agroindustriais Tucumán/Salta – Centro Agropecuário Santa Fé/Rosário – Conexão Intermodal e porto Bahia Blanca – Pólo petroquímico e porto
<b>BOLÍVIA</b>	La Paz – Pólo principal Santa Cruz de la Sierra – Centro Agroindustrial
<b>BRASIL</b>	São Paulo/Santos – Pólo principal e porto Porto Alegre/Rio Grande, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, Belém/Manaus, Curitiba/Paranaguá - Centros Agroindustriais

	e portos Cuiabá – Centro agropecuário e agroindustrial
<b>CHILE</b>	Santiago/Quintero/Valparaíso/San Antonio – Pólo Principal e porto Arica, Iquique/Antofagasta, Porto Mott/Valdivia – Centros agroindustriais e portos
<b>PARAGUAI</b>	Assunção – Pólo principal e porto
<b>URUGUAI</b>	Montevideu – Pólo principal e porto Paysandú - Centro agroindustrial e porto

Fonte: INTAL/BID *Integración en el Sector Transporte en el Cono Sur – Transporte Terrestre, Resumen Ejecutivo – IV – Configuración de una red básica, p.10.*

Ainda segundo o INTAL, dentre os pólos apontados, o de maior fluxo é o São Paulo–Buenos Aires com 1.900.000 toneladas transportadas com tempo médio de transporte igual a 8 dias , em média, nos anos 96/97/98 em ambos os sentidos e o de menor fluxo, nessa mesma análise foi entre os pólos Buenos Aires-Santa Cruz com 400.000 toneladas transportadas (com tempo médio de transporte equivalente a 9 dias, e 450 km menos que entre os pólos Buenos Aires-São Paulo).

É certo que muito se há de evoluir em logística, seja rodoviária, ferroviária ou hidroviária, no âmbito do MERCOSUL, e é exatamente esse um dos pontos que deve se ter como prioridade para a expansão do bloco e um melhor fluxo de comércio, que poderá gerar incremento na economia dos Estados-Partes, bem como a exploração do potencial hidrelétrico da região para a geração de energia.

*“A carga de manifestação física do comércio, aumentou quase nove vezes no MERCOSUL ampliado entre 1985 e 1998, umas cinco vezes na importação do resto do mundo e duplicou na exportação para o resto do mundo no mesmo período. As crises na Ásia em 1997, na Rússia em 1998, no Brasil em 1999 e a atual crise argentina causaram uma*

*pausa nesse crescimento, que deverá continuar assim que as causas sejam removidas.*

*A execução de iniciativas visando favorecer o relacionamento entre os países da sub-região, permitirá conseguir diversos efeitos: economias de escala; economias de escopo; complementaridade de produtos e serviços; redução do custo operacional de transportes na exportação e importação intra-regional; redução do custo operacional de transportes na exportação e importação intraALADI; redução do custo operacional de transportes na exportação e importação com o resto do mundo.*

*Como consequência da redução de custos indicada, os produtos da sub-região serão mais competitivos, com o que se pode esperar um aumento do volume do comércio exterior e de sua rentabilidade. Logo, um aumento do comércio e da rentabilidade devem ajudar a geração de riqueza da sub-região.” (Larrañaga, 2002:252)*

Outro indicador importante é aquele que envolve os principais atores da integração: as empresas transnacionais. Mas, segundo Regis Bonelli (2001:98), “todas as bases de dados de Fusão e Aquisição de que se tem notícia são construídas por empresas de consultoria e/ou auditoria, a partir de critérios não muito claros”. Então, como não se pode afirmar com precisão qual a participação dessas empresas no crescimento da integração, mas se sabe que, como agente principal, tem sua importância nesse processo, analisa-se alguns atrativos para essas empresas.



Ainda segundo BONELLI (2001:78:82), “o tamanho, a distância e o potencial de crescimento do mercado doméstico são os principais fatores de atração de IDE em nossa região” então são os fatores que atraem o crescimento intrabloco uma vez que pesam na locomoção das empresas. “O tamanho do mercado consumidor desempenha papel-chave na escolha e localização das plantas no MERCOSUL”.

Valendo-se dessas afirmações pode-se notar que o mercado consumidor potencial dos países do MERCOSUL são, respectivamente:

#### QUADRO DEMONSTRATIVO DE DADOS ECONÔMICOS DO MERCOSUL

Países	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI
Área	2.780.092 km <sup>2</sup>	8.547.403,5 km <sup>2</sup>	406.752 km <sup>2</sup>	176.215 km <sup>2</sup>
População total (1999)	36,6 milhões	164 milhões	5,4 milhões	3,3 milhões
Renda per Capita	US\$ 8.950 (1997)	US\$ 4.800 (1998)	US\$ 2.000 (1997)	US\$ 6.130 (1997)
PEA*	14 milhões	75 milhões	2 milhões	1 milhão
Crescimento do PIB* (91/97)	5,4%	1,5%	3,1%	4%
PIB industrial	33%	34%	22%	27%

*Fonte: IBGE, SECEX, Min. Saúde, Almanaque Abril, Gazeta Mercantil*

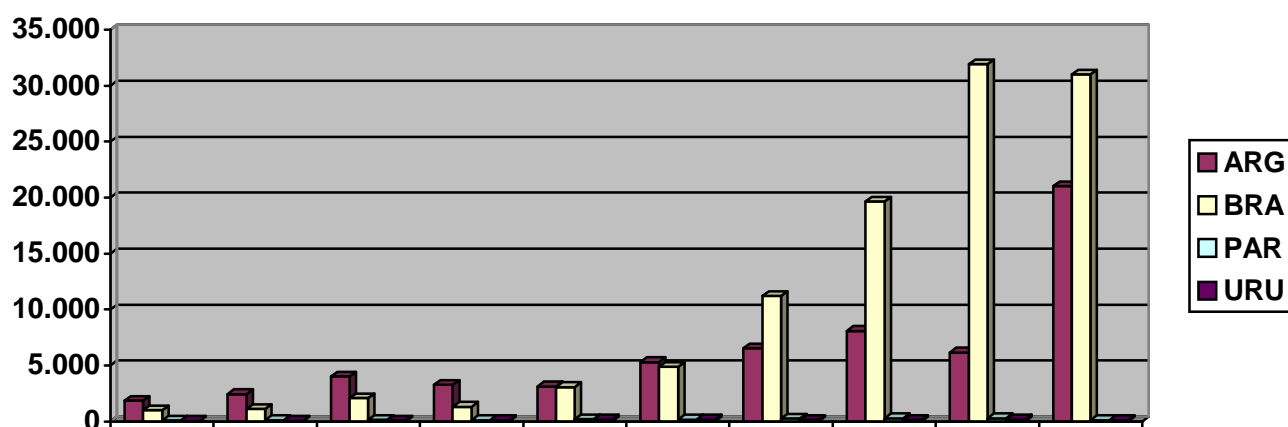
\*PEA: População Economicamente Ativa (não cita data, retirado do site do MRE)

\*PIB: Produto Interno Bruto

#### INGRESSOS LÍQUIDOS DE INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (milhões de dólares)

País	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<b>ARG</b>	1.836	2.439	4.012	3.261	3.107	5.279	6.513	8.094	6.150	21.000
<b>BRA</b>	989	1.103	2.061	1.292	3.072	4.859	11.200	19.650	31.913	31.000
<b>PAR</b>	76	84	137	111	180	155	246	270	256	100
<b>URU</b>	42	32	58	102	155	157	137	126	164	100

*Fonte: CEPAL (1998c e 1999) e UNCTAD (1997 e 1998)*



*Fonte: CEPAL (1998c e 1999) e UNCTAD (1997 e 1998)*

Retificando, segundo Larrañaga (2002:91), “As fusões e aquisições têm sido fundamentais para o aumento do IED no mundo inteiro durante 1998-1999, destacando-se o papel das megafusões”. A observação do gráfico permite visualizar que os principais destinos de IED no MERCOSUL tem sido Brasil e Argentina, que somados ao México detém, pela ALADI, aproximadamente 70% do total, sendo 50% advindos dos EUA e 38% de origem européia, com uma participação local em ascensão.

## 10. CONCLUSÃO

O MERCOSUL é, atualmente, um motor ao fomento da política externa de seus membros, do qual estes não podem prescindir. Além de ter angariado crescimento, desde a sua formação, apesar de problemas ocasionados pela crise, o bloco possui potencial de crescimento, do qual não foi explorado sequer a metade, seja por sua estrutura física que integra os parceiros, seja por uma estrutura supranacional, para dar maior legitimidade de ação às resoluções do conjunto.

O momento é próspero, uma vez que a Argentina, depois da crise e da quebra da paridade com o dólar, precisa buscar outros meios para crescer, e o MERCOSUL é a sua fonte mais imediata. O Brasil vive um contexto onde o presidente atual, Luiz Inácio Lula da Silva, está propondo reformas, valorizando o lado social e direcionando perspectivas aos países vizinhos. Paraguai e Uruguai, apesar de serem menos participativos no total gerado pelo bloco, tendem a ganhar com tudo o que o bloco conseguir. Ademais, com a complementaridade industrial, podem tirar proveito e desenvolver suas indústrias, e, conseqüentemente, aumentar o bem-estar de suas populações.

A Hipótese H0 se comprova quando se verificam as necessidades dos membros, os recursos que cada um deles possui e não utiliza de forma adequada, ou mesmo sequer se negocia a utilização. Ademais, reforça-se a hipótese H0 quando se pensa em fortificar a ação do MERCOSUL enquanto bloco econômico que defende o interesse de seus membros, mas pouco se age rumo a concretização desse pensamento; ou seja, na maioria das vezes os interesse nacionais individuais se sobrepõem aos do bloco como um conjunto integrado, o que interfere no seu crescimento, e conseqüentemente, na angariação de benefícios conjuntos ou individuais.

Os parceiros especiais, Bolívia e Chile, bem como os demais membros da ALADI, aos quais o MERCOSUL está aberto para adesão, ganham também com a expansão do bloco, uma vez que se intensificam as negociações entre o

MERCOSUL e estes parceiros, o MERCOSUL e a CAN, o MERCOSUL e outros blocos.

Verifica-se, então, a comprovação da Hipótese H1 que sugere que as negociações intrabloco são responsáveis pelo crescimento econômico da região como também de cada um de seus membros. Prospera a região uma vez que o bloco se comunica com demais blocos sulamericanos ou individualmente, com países. E cada membro, em si, prospera, também, a partir das negociações e seus desdobramentos por aumentar o bem-estar econômico de sua população, sendo este o objetivo da integração.

O contexto é ideal, de democracia plena, multilateralismo cooperativo, pacifismo e necessidade de expansão comercial de todos os membros do bloco. Há um existe um interesse comum e a integração ocupa posição significativa na agenda dos países membros do MERCOSUL que a têm como meio de crescimento e prosperidade.

Este momento de reforma interna dos Estados sul-americanos, enfatiza a necessidade de rever questões do bloco, em si, e é isso que poderá trazer o desenvolvimento da integração e avançar a fim de que o MERCOSUL se torne, realmente, um mercado comum, como seu nome sugere.

## 11.BILIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724. Informação e documentação: Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Jul. Rio de Janeiro: ABNT,2001.

BALASSA, B. Teoria da Integração Econômica, 2ªed.Porto: 1972.

BARBOSA, R. A. – América Latina em perspectiva: a integração regional da retórica à realidade.

BARROS, A. J. P. de. - Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas Petrópolis: Vozes,1990.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - Brazil, MERCOSUR and the Free Trade Area of the Americas – Brasília: IPEA, 2000.

CAETANO,G. e PERINA, R. – Parlamentos e instituciones en el MERCOSUR: los nuevos desafíos.

CERVO, A. L. e BERVIAN, P. A.. Metodologia científica.4ª ed.São Paulo: MAKRON Books,1996.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. O MERCOSUL e a Integração Sul-Americana:mais do que a Economia. Encontro de Culturas. Brasília: FUNAG, 1997.

GARCIA, A. A. J. –Transportes internacionais de mercadorias e pessoas no MERCOSUL. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

KEOHANE, R. O - After Hegemony cooperation and discord in the world political economy – New Jersey: Princeton University Press, 1984.

KUNZLER, J. P. – MERCOSUL e o comércio exterior 2ª ed, [coordenadora Yone Silva Pontes]São Paulo: Aduaneiras, 2001.

LARRAÑAGA, F. A. – Desenvolvimento Econômico do Cone Sul: o sistema logístico sub-regional. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

LUPI, A. L. P.B. – Soberania, OMC e MERCOSUL. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

MACHADO, J. B. M. – MERCOSUL: processo de integração: origem, evolução e crise – São Paulo:Aduaneiras, 2000.

MERCOSUL – Avanços e Desafios da Integração [organizado por Renato Baumann] Brasília: IPEA/CEPAL, 2001.

MERCOSUL: Legislação e Textos Básicos. 3ª ed. [Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL – Seção Brasileira e Ministério das Relações Exteriores]. Brasília: Senado Federal:2000.

MERCOSUL: Seus Efeitos Jurídicos, Econômicos e Políticos nos Estados-Membros/org. Maristela Basso. – 2ª edição – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

MOREIRA, S. As empresas Brasileiras exportadoras para o MERCOSUL. Boletim de Política Industrial, nº 18, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada,dezembro de 2002. Brasília.

MOREIRA, S. Aspectos Microeconômicos do MERCOSUL. Boletim de Política Industrial, nº 18, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada,dezembro de 2002. Brasília.

PABST, H. – MERCOSUL: direito da integração. Rio de Janeiro:Forense,1998.

POPIK, L., RAIMUNDI, C. – Hacia la moneda única del MERCOSUR. Buenos Aires: Carbonatto, 2002.

PORTO, M. C. L. - Teoria da Integração e Políticas Comunitárias – Coimbra: Almedina, 1997.

SILVA, H. T. R. P. da – O que o Brasil Precisa Saber sobre o MERCOSUL. Brasília: Brasília Jurídica, 1999.

VAZ, A. C. – Cooperação, integração e processo negociador: a construção do MERCOSUL. Brasília: IBRI, 2002.

Disponível em < [www.mercosur.org.uy](http://www.mercosur.org.uy) > Acesso em 26 de março de 2003.

Disponível em < [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br) > Acesso em 25 de abril de 2003.

Disponível em < [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) > Acesso em 12 de março de 2003.

Disponível em < [www.intal.org.br](http://www.intal.org.br) > Acesso em 29 de fevereiro de 2003.

Disponível em < [www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br) > Acesso em 15 de abril de 2003.

Disponível em < [www.sice.oas.org](http://www.sice.oas.org) > Acesso em 06 de maio de 2003.

## 12. LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS:

**Gráfico 3: Mercosul – Importação Global – CIF milhões de dólares**

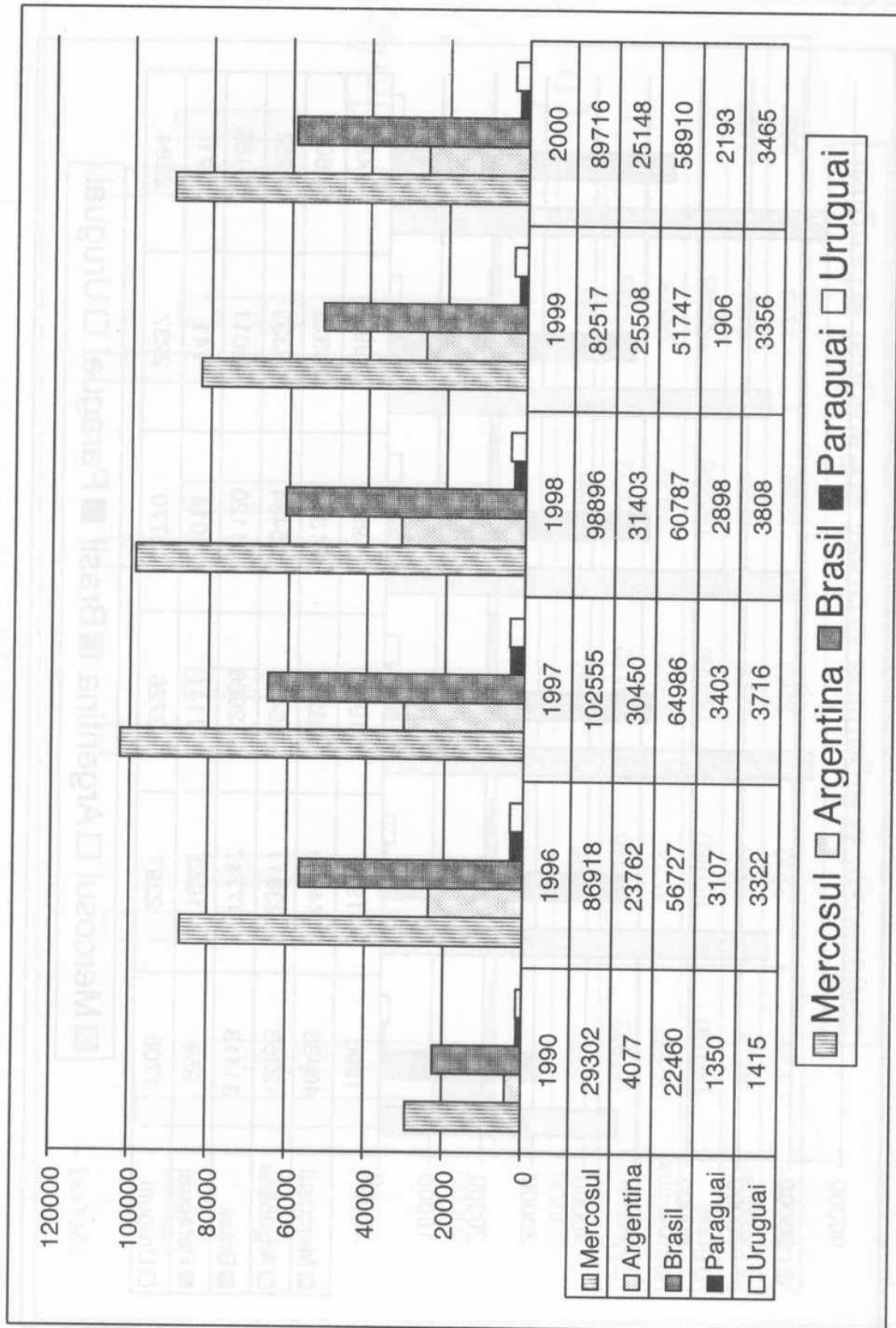




Gráfico 7: Exportações Brasileiras por fator agregado – Percentual de participação do total – 1964 – 2000

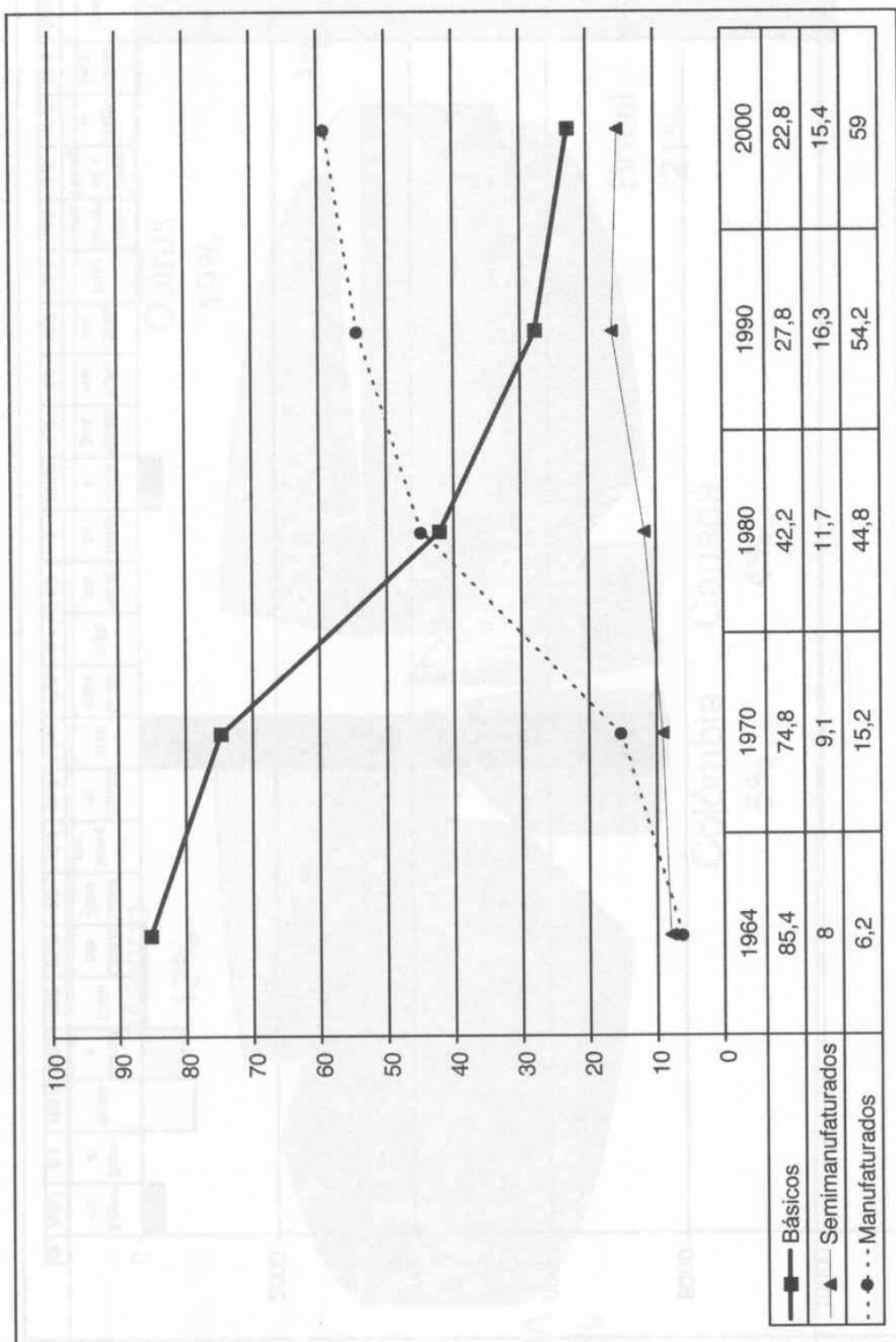


Gráfico 8: Balança Comercial Brasileira (Bilhões de Dólares) – 1980 a 2000

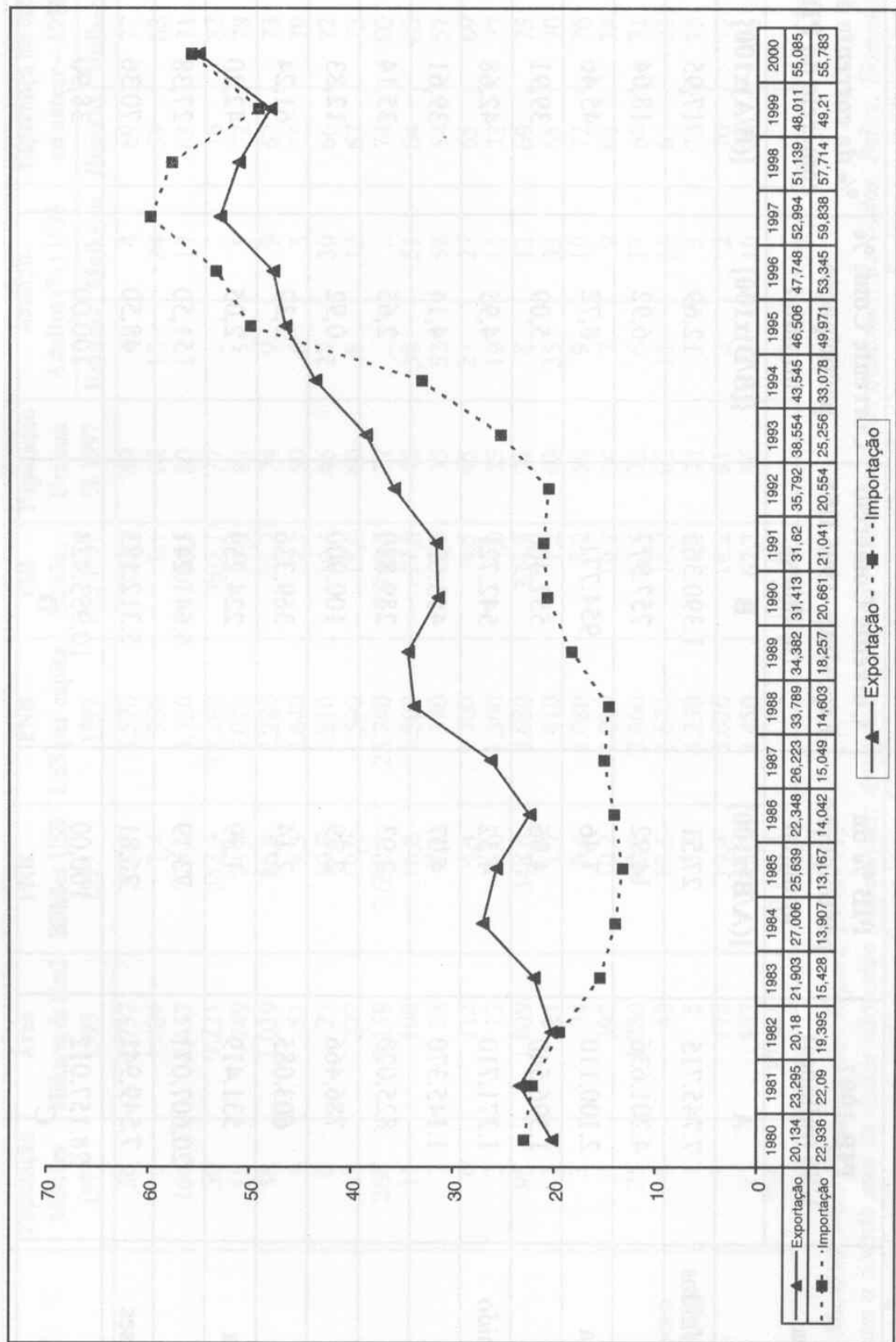


Tabela 2 – Alca – Indicadores básicos de desenvolvimento

Países (1)	População Milhões 1997	Área Milhares de Km <sup>2</sup> 1995	PNB Bilhões US\$ 1997	PNB US\$ per capita 1997	PIB Bilhões US\$ 1997	População Urbana % 1997	Analfab. Adultos (%) 1995		Esperança de vida ao nascer – 1996	
							Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Argentina	36	2.737	305,7	8.570	322,7	89	4	4	69	77
Bolívia	8	1.084	7,4	950	8,1	62	10	24	59	63
Brasil (2)	164	8.457	773,4	4.720	786,5	80	17	17	63	71
Canadá	30	9.221	583,9	19.290	603,1	77	..	..	76	82
Chile	15	749	73,3	5.020	74,3	84	5	5	72	78
Colômbia	38	1.039	86,8	2.280	85,2	74	9	9	67	73
Costa Rica	4	51	9,3	2.640	9,3	50	5	5	75	79
El Salvador	6	21	10,7	1.810	10,4	46	27	30	66	72
Ecuador	12	277	19,0	1.590	18,9	60	8	12	67	73
EUA	268	9.159	7.690,1	28.740	7.745,7	77	..	..	74	80
Guatemala	11	108	16,8	1.500	17,8	40	38	51	64	69
Haiti	7	28	2,5	330	2,4	33	52	58	54	57
Honduras	6	112	4,4	700	4,5	45	27	27	65	69
Jamaica	3	11	4,0	1.560	4,0	55	19	11	72	77
México	95	1.909	348,6	3.680	334,8	74	8	13	69	75
Nicarágua	5	121	1,9	410	1,2	63	35	33	65	70
Panamá	3	74	8,4	3.080	8,2	56	9	10	72	76
Paraguai	5	397	10,2	2.010	10,2	54	7	9	68	74
Peru	25	1.280	60,8	2.460	62,4	72	6	17	66	71
Rep. Dominicana	8	48	13,5	1.670	14,9	63	18	18	69	73
Trinidad e Tobago	1	5	5,5	4.230	5,9	73	1	3	70	75
Uruguai	3	175	19,4	6.020	18,2	91	3	2	70	77
Venezuela	23	882	78,7	3.450	67,3	86	8	10	70	76
Total	776	37.945	10.134,3	-	10.216,0	-	-	-	-	-

Tabela 4 – Brasil – Mercados Compradores e Fornecedores – 2000

BLOCOS COMERCIAIS / PAÍSES	EXPORTAÇÕES US\$ Bilhões	Participação % do total das exportações Brasileiras	IMPORTAÇÕES US\$ Bilhões	Participação % do total das importações Brasileiras
Associação Latino Americana de Integração-ALADI	12,902	23,42	11,660	20,90
<b>Mercado Comum do Sul –Mercosul</b>	7,733	14,04	7,796	13,98
Argentina	6,233	11,31	6,843	12,27
Paraguai	0,832	1,51	0,351	0,63
Uruguai	0,669	1,21	0,602	1,08
ALADI (exclusive Mercosul)	5,169	9,38	3,863	6,93
Mercado Comum Centro Americano – MCCA	0,279	0,51	0,032	0,06
Demais América Latina	0,231	0,42	0,018	0,03
Comunidade e Mercado Comum do Caribe – CARICON	0,237	0,43	0,055	0,10
CANADA	0,566	1,03	1,086	1,95
EUA (+ Porto Rico)	13,366	24,26	13,002	23,31
Demais da América	0,274	0,50	0,061	0,11
Europa Oriental	0,972	1,77	1,162	2,08
<b>UNIÃO EUROPEIA</b>	14,784	26,84	14,048	25,18
Associação Européia de Livre Comércio – AELC	0,755	1,37	1,039	1,86
Demais da Europa Ocidental	0,389	0,71	0,102	0,18
ÁSIA (exclusive Oriente Médio)	6,324	11,48	8,593	15,40
Oriente Médio	1,338	2,43	1,560	2,80
ÁFRICA	1,347	2,44	2,908	5,21
OCEANIA	0,375	0,68	0,334	0,60

**Tabela 6: Importação Brasileira – Os 40 principais países fornecedores em 2000**

<b>Países</b>	<b>US\$ (Bilhões) FOB</b>	<b>%</b>
<b>Total Importação</b>	<b>55,783</b>	<b>100</b>
1. Estados Unidos	12.864	23,06
2. Argentina	6.843	12,27
3. Alemanha	4,421	7,93
4. Japão	2,959	5,31
5. Itália	2,170	3,89
6. França	1,887	3,38
7. Argélia	1,507	2,70
8. Coreia do Sul	1,429	2,56
9. Venezuela	1,329	2,38
10. Reino Unido	1,233	2,21
11. China	1,222	2,19
12. Espanha	1,113	2,00
13. Canadá	1,086	1,95
14. Chile	0,974	1,75
15. Suíça	0,829	1,49
16. Taiwan (Formosa)	0,825	1,48
17. Arábia Saudita	0,779	1,40
18. Suécia	0,760	1,36
19. México	0,754	1,35
20. Nigéria	0,738	1,32
21. Países Baixos (Holanda)	0,698	1,25
22. Uruguai	0,602	1,08
23. Bélgica-Luxemburgo	0,570	1,02
24. Rússia	0,571	1,02
25. Malásia	0,476	0,85
26. Colômbia	0,415	0,74
27. Hong Kong	0,356	0,64
28. Paraguai	0,351	0,63
29. Israel	0,352	0,63
30. Finlândia	0,301	0,54
31. Austrália	0,297	0,53
32. Áustria	0,269	0,48
33. Cingapura	0,281	0,50
34. Índia	0,271	0,49
35. Indonésia	0,249	0,45
36. Irlanda	0,243	0,44
37. África do Sul	0,228	0,41
38. Tailândia	0,221	0,40
39. Iraque	0,219	0,39
40. Peru	0,211	0,38

**Tabela 5: Exportação Brasileira – Os 40 principais países compradores em 2000**

<b>Países</b>	<b>US\$ (Bilhões) FOB</b>	<b>%</b>
<b>Total Exportação</b>	<b>55,085</b>	<b>100</b>
1. Estados Unidos	13,181	23,93
2. Argentina	6,233	11,31
3. Países Baixos (Holanda)	2,796	5,08
4. Alemanha	2,526	4,59
5. Japão	2,472	4,49
6. Itália	2,146	3,90
7. Bélgica-Luxemburgo	1,867	3,39
8. França	1,732	3,14
9. México	1,711	3,11
10. Reino Unido	1,498	2,72
11. Chile	1,246	2,26
12. China	1,085	1,97
13. Espanha	1,008	1,83
14. Paraguai	0,832	1,51
15. Venezuela	0,751	1,36
16. Uruguai	0,669	1,21
17. Coreia do Sul	0,581	1,05
18. Canadá	0,566	1,03
19. Colômbia	0,515	0,93
20. Suíça	0,511	0,93
21. Hong Kong	0,475	0,86
22. Rússia	0,423	0,77
23. Arábia Saudita	0,413	0,75
24. Portugal	0,380	0,69
25. Bolívia	0,364	0,66
26. Taiwan (Formosa)	0,352	0,64
27. Peru	0,353	0,64
28. Austrália	0,341	0,62
29. África do Sul	0,302	0,55
30. Irã	0,293	0,53
31. Turquia	0,281	0,51
32. Nigéria	0,247	0,45
33. Noruega	0,244	0,44
34. Egito	0,240	0,43
35. Suécia	0,237	0,43
36. Emirados Árabes Unidos	0,229	0,42
37. Cingapura	0,233	0,42
38. Tailândia	0,228	0,41
39. Indonésia	0,219	0,40
40. Índia	0,217	0,39

## 13. ANEXOS

### 13.1. Negociações Intrabloco

O MERCOSUL como o concebemos hoje, bloco de personalidade jurídica atuante no cenário internacional, num modelo 4+1, representando os 4 membros do bloco e o “+1” é o parceiro comercial, foi formado a partir de acordos e não há como deixar de falar, ao menos, dos mais importantes deles.

O MERCOSUL começou a surgir, como lembrado, a partir do PICE - Programa de Integração e Cooperação Econômica - de 1986, assinado por Brasil e Argentina; mas o bloco com os quatro países componentes só tomou forma a partir do Tratado de Assunção, portanto, o acordo primordial do MERCOSUL.

Hoje, o que vigora é o Protocolo de Ouro Preto de 12 de dezembro de 1994, que uniu o Tratado de Assunção com o Protocolo de Brasília (que surgiu posteriormente com o fim de solucionar as controvérsias surgidas no interior do bloco) e adicionou o personalidade jurídica. Consta no Artigo 34 do Protocolo de Ouro Preto que *O MERCOSUL terá personalidade jurídica de Direito Internacional*, o que lhe capacita a ser pessoa de direitos e deveres no cenário internacional e lhe dá o direito de representar, por consenso (segundo o Artigo 37), os quatro países membros integrantes do bloco.

O Protocolo de Ouro Preto é um protocolo adicional ao Tratado de Assunção, o que não tira a sua importância uma vez que revoga as cláusulas conflitantes que esse tratado de 1991 possuía. E é a partir dele que os Estados-Partes (assim designado no protocolo, equivalente a estados-membros) se baseiam para progredirem enquanto bloco e adequarem-se internamente para isso.

Essa adequação de cada país às leis do Protocolo se dá porque no Artigo 38 está designado que cada um há de assegurar a internalização das normas do MERCOSUL, ou seja, fazer com que as normas do bloco se integrem, de alguma

forma, às normas nacionais, de cada país, a fim de se garantir o sucesso de aplicação do bloco.

As normas primordiais a serem seguidas estão dispostas segundo o Artigo 41 do Protocolo de Ouro Preto:

*As fontes jurídicas do MERCOSUL são:*

- I. O Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares;*
- II. Os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos;*
- III. As **Decisões** do Conselho do Mercado Comum, as **Resoluções** do Grupo Mercado Comum e as **Diretrizes** da Comissão de Comércio do MERCOSUL, adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção.*

Não se pode deixar de observar que *ficam revogadas todas as disposições do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, que conflituem com os termos do presente Protocolo e com o teor das Decisões aprovadas pelo Conselho do Mercado Comum durante o período de transição*, conforme nos informa o Artigo 53 do Protocolo de Ouro Preto.

Cabe ainda dizer que as palavras acima destacadas, assim não o estão no artigo. Esse foi um meio, apenas, de ressaltar a maneira específica como cada órgão do MERCOSUL se manifesta.

Há, ainda, uma série de Protocolos Operacionais do MERCOSUL, a saber:

✓ Protocolo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa (1992)



- ✓ Protocolo de Colônia para a Promoção e Proteção Recíproca dos Investimentos (1993)
- ✓ Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição Internacional em Matéria Contratual (1994)
- ✓ Protocolo de Integração Educacional e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de nível Médio não-técnico (1994)
- ✓ Protocolo sobre Promoção e Proteção dos Investimentos Provenientes dos Estados não-partes do MERCOSUL (1994)
- ✓ Código Aduaneiro (1994)
- ✓ Protocolo de Medidas Cautelares (1994)
- ✓ Protocolo de Integração Educacional sobre Reconhecimento de Títulos para o Prosseguimento de Estudos de Pós-graduação nas Universidades dos Países do MERCOSUL (1995)
- ✓ Protocolo de Integração Educacional e Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e Reconhecimento de Estudos de Nível Médio Técnico (1995)
- ✓ Protocolo de Harmonização de Normas sobre Propriedade Intelectual no MERCOSUL em Matéria de Marcas, Indicações de Procedência e Denominação de Origem (1995)
- ✓ Outros.

Acordos recentes do MERCOSUL:

ACORDOS DO CONSELHO DO MERCADO COMUM - XXIII REUNIÃO  
5 AO 6 DE DEZEMBRO DE 2002 BRASÍLIA – BRASIL  
ATA 02/02

- ◆ Acordo Complementar ao Protocolo de Assistência Jurídica Mutua em Assuntos Penais entre os Estados Partes do MERCOSUL
- ◆ Acordo Complementar ao Protocolo de Assistência Jurídica Mutua em Assuntos Penais entre os Estados Partes do MERCOSUL e a República de Bolívia e a República do Chile
- ◆ Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do MERCOSUL

- ♦ Acordo sobre Regularização Migratória Interna de Cidadãos do MERCOSUL, Bolívia e Chile
- ♦ Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL
- ♦ Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile
- ♦ Acordo sobre o Regulamento do Protocolo de Defesa da Concorrência do MERCOSUL
- ♦ Acordo de Complementação Econômica celebrado entre a Comunidade Andina e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

Durante 2001, os países-membros subscreveram 65 protocolos adicionais referidos a 22 acordos de alcance parcial. Vale lembrar que o funcionamento do MERCOSUL comprometeu-se pela recessão econômica de seus membros, tendo a Argentina como principal centro de recessão econômica, e então o projeto de “relançamento” ficou um pouco comprometido.

A relação Bolívia-MERCOSUL incorporou modificações ao Regime de Origem do ACE nº36 referentes à certificação das exportações por dutos, ampliação do prazo de validade do certificado de origem e aprofundamento das preferências tarifárias. Ademais de um regime de soluções de controvérsias definitivo.

Quanto à relação Chile-MERCOSUL, durante a reunião do Grupo Mercado Comum, manifestou-se interesse de convocar uma reunião sobre o ACE nº35, para acelerar os Cronogramas de Liberação Comercial entre os dois parceiros.

No que diz respeito a MERCOSUL-UE, que giram em torno de um acordo de livre comércio, desde 1995, sofre protecionismos europeus a produtos básicos e agrícolas, tendo suas controvérsias ido parar na OMC para solução.

A relação MERCOSUL-EUA, por outro lado, pretende trabalhar o comércio agrícola e industrial, o desenvolvimento de investimentos e o comércio eletrônico. Quanto à ALCA, em específico, ficou determinado compromisso de terminar as

negociações para seu estabelecimento até 2005, mas é possível atraso. É concorrente à relação MERCOSUL-UE.

## **13.2. Estrutura Institucional do MERCOSUL**

A estrutura do MERCOSUL, a partir de dados do MRE - Ministério das Relações Exteriores do Brasil - e do próprio Protocolo de Ouro Preto – POP - em seu Anexo IV, está concebida da seguinte maneira:

### **CONSELHO DO MERCADO COMUM (CMC)**

É o órgão superior do MERCOSUL ao qual incumbe a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum. Manifesta-se mediante Decisões (Art. 3º e 9º do POP).

### **GRUPO MERCADO COMUM (GMC)**

É o órgão executivo do MERCOSUL. O Grupo Mercado Comum é assessorado em suas atividades por Subgrupos de Trabalho, Reuniões Especializadas e Grupos *Ad Hoc*, entre outros. Cada um desses foros auxiliares trata de temas específicos. Esse órgão é coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores de cada estado-membro. Manifesta-se mediante Resoluções. (Art. 10 e 15 do POP). A presidência do CMC corresponde à *presidência Pro Tempore* do MERCOSUL.

### **COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL (CCM)**

Órgão encarregado de assistir o Grupo de Mercado Comum, compete velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes para o funcionamento da união aduaneira, bem como acompanhar e revisar os temas e matérias relacionados com as políticas comerciais comuns, com o comércio intra-MERCOSUL e com terceiros países. Manifesta-se mediante Diretrizes ou Propostas. (Art. 16 e 20 do POP).

Esses três primeiros órgão possuem capacidade decisória (Art.2º POP).

#### SECRETARIA ADMINISTRATIVA DO MERCOSUL (SAM)

Órgão de apoio operacional. Responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do MERCOSUL e com sede permanente na cidade de Montevideu. Está a cargo de um Diretor, advindo de um dos estados-partes, eleito pelo GMC, em bases rotativas, com mandato de 2 anos vedada a reeleição.(Art.31 e 33 do POP).

#### COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA (CPC)

É o órgão representativo dos Parlamentos dos Estados Partes no âmbito do MERCOSUL. Integrada por igual número de parlamentares representantes dos Estados-Partes. (Art.22 e 23 do POP).

#### FORO CONSULTIVO ECONÔMICO-SOCIAL (FCES)

É o órgão de representação dos setores econômicos e sociais e será integrado por igual número de representantes de cada Estado Parte. Tem função consultiva e manifesta-se mediante recomendações ao GMC. (Art. 28 e 29 do POP).

#### SUBGRUPOS DE TRABALHO (SGTS)

São órgãos de assessoramento do GMC, os SGTs dividem-se por temas e se reúnem, em geral, duas vezes por semestre. Existem onze SGTs em funcionamento hoje.

#### COMITÊS TÉCNICOS (CTS)

São órgãos de assessoramento da CCM, dividem-se de acordo com os temas tratados. Existem dez CTs em funcionamento hoje.

#### GRUPOS AD HOC

Foram criados pelo GMC para tratamento de algum tema específico, os GAH têm duração determinada. São extintos uma vez cumprida a tarefa atribuída pelo GMC.

Há ainda um Sistema de Solução de Controvérsias, definido pelo Art.43 do POP, advindo do Protocolo de Brasília, de 17 de dezembro de 1991, e diversos protocolos anexados ao Protocolo de Ouro Preto, compondo a faceta jurídica do MERCOSUL.

### **13.3. TRATADO DE ASSUNÇÃO**

#### **TRATADO PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM MERCADO COMUM ENTRE A REPUBLICA ARGENTINA, A REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A REPUBLICA DO PARAGUAI E A REPUBLICA ORIENTAL DO URUGUAI (ASSUNÇÃO, 26/03/1991)**

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados “Estados Partes”.

Considerando que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social;

Entendendo que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis a preservação do meio ambiente, melhoramento das interconexões físicas a coordenação de políticas macroeconômica da complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio

Tendo em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países;

Expressando que este processo de integração constitui uma resposta adequada a tais acontecimentos;

Conscientes de que o presente Tratado deve ser considerado como um novo avanço no esforço tendente ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevideu de 1980;

Convencidos da necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados Partes e de modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviços disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes;

Reafirmando sua vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos, com a finalidade de alcançar os objetivos supramencionados;

Acordam:

## CAPÍTULO I

### Propósito, Princípios e Instrumentos

#### ARTIGO 1

Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Este Mercado Comum implica:

A livre circulação de bens serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não-tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;

O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e

O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

#### ARTIGO 2

O Mercado Comum estará fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados Partes.

#### ARTIGO 3

Durante o período de transição, que se estenderá desde a entrada em vigor do presente Tratado até 31 de dezembro de 1994, e a fim de facilitar a constituição do Mercado Comum, os Estados Partes adotam um Regime Geral de Origem, um Sistema de Solução de Controvérsias e Cláusulas de Salvaguarda, que constam como Anexos II,III e IV ao presente Tratado.

#### ARTIGO 4

Nas relações com terceiros países, os Estados Partes assegurarão condições eqüitativas de comércio. Para tal fim, aplicarão suas legislações nacionais, para inibir importações cujos preços estejam influenciados por subsídios, dumping qualquer outra prática desleal. Paralelamente, os Estados Partes coordenarão suas respectivas políticas nacionais com o objetivo de elaborar normas comuns sobre concorrência comercial.

#### ARTIGO 5

Durante o período de transição, os principais instrumentos para a constituição do Mercado Comum são:

a) Um Programa de Liberação Comercial, que consistirá em redução tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas das eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário (Anexo I);

b) A coordenação de políticas macroeconômicas que se realizará gradualmente e de forma convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não tarifárias, indicados na letra anterior;

c) Uma tarifa externa comum, que incentiva a competitividade externa dos Estados Partes;

d) A adoção de acordos setoriais, com o fim de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes.

## ARTIGO 6

Os Estados Partes reconhecem diferenças pontuais de ritmo para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, que constam no Programa de Liberação Comercial (Anexo I).

## ARTIGO 7

Em matéria de impostos, taxas e outros gravames internos, os produtos originários do território de um Estado Parte gozarão, nos outros Estados Partes, do mesmo tratamento que se aplique ao produto nacional.

## ARTIGO 8

Os Estados Partes se comprometem a preservar os compromissos assumidos até a data de celebração do presente Tratado, inclusive os Acordos firmados no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração, e a coordenar suas posições nas negociações comerciais externas que empreendam durante o período de transição. Para tanto:

a) Evitarão afetar os interesses dos Estados Partes nas negociações comerciais que realizem entre si até 31 de dezembro de 1994;

b) Evitarão afetar os interesses dos demais Estados Partes ou os objetivos do Mercado Comum nos Acordos que celebrarem com outros países membros da Associação Latino-Americana de Integração durante o período de transição;

c) Realizarão consultas entre si sempre que negociem esquemas amplos de desgravação tarifárias, tendentes á formação de zonas de livre comércio com os demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração;

d) Estenderão automaticamente aos demais Estados Partes qualquer vantagem, favor, franquia, imunidade ou privilégio que concedam a um produto originário de ou destinado a terceiros países não membros da Associação Latino-Americana de Integração.

## CAPITULO II

### Estrutura Orgânica

#### ARTIGO 9

A administração e execução do presente Tratado e dos Acordos específicos e decisões que se adotem no quadro jurídico que o mesmo estabelece durante o período de transição estarão a cargo dos seguintes órgãos:

- a) Conselho do Mercado Comum;
- b) Grupo do Mercado Comum.

#### ARTIGO 10

O Conselho é o órgão superior do Mercado Comum, correspondendo-lhe a condução política do mesmo e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição definitiva do Mercado Comum.

#### ARTIGO 11

O Conselho estará integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e os Ministros de Economia dos Estados Partes. Reunir-se-á quantas vezes estime oportuno, e, pelo menos uma vez ao ano, o fará com a participação dos Presidentes dos Estados Partes.

#### ARTIGO 12

A Presidência do Conselho se exercerá por rotação dos Estados Partes e em ordem alfabética, por períodos de seis meses.

As reuniões do Conselho serão coordenadas pelos Ministérios de Relações Exteriores e poderão ser convidados a delas participar outros Ministros ou autoridades de nível Ministerial.

#### ARTIGO 13

O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do Mercado Comum e será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores. O Grupo Mercado Comum terá faculdade de iniciativa. Suas funções serão as seguintes:

- velar pelo cumprimento do Tratado;
- tomar as providências necessárias ao cumprimento das decisões adotadas pelo Conselho;
- propor medidas concretas tendentes á aplicação do Programa de Liberação Comercial, á coordenação de política macroeconômica e á negociação de Acordos frente a terceiros;



- fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do Mercado Comum.

O Grupo Mercado Comum poderá constituir os Subgrupos de Trabalho que forem necessários para o cumprimento de seus objetivos. Contará inicialmente com os Subgrupos mencionados no Anexo V.

O Grupo Mercado Comum estabelecerá; seu regime interno no prazo de 60 dias de sua instalação.

#### ARTIGO 14

O Grupo Mercado Comum estará integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, que representem os seguintes órgãos públicos:

- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Economia seus equivalentes (áreas de indústria, comércio exterior e ou coordenação econômica);
- Banco Central.

Ao elaborar e propor medidas concretas no desenvolvimento de seus trabalhos, até 31 de dezembro de 1994, o Grupo Mercado Comum poderá convocar, quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos da Administração Pública e do setor privado.

#### ARTIGO 15

O Grupo Mercado Comum contará com uma Secretaria Administrativa cujas principais funções consistirão na guarda de documentos e comunicações de atividades do mesmo. Terá sua sede na cidade de Montevideu.

#### ARTIGO 16

Durante o período de transição, as decisões do Conselho do Mercado Comum e do Grupo Mercado Comum serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes.

#### ARTIGO 17

Os idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião.

#### ARTIGO 18

Antes do estabelecimento do Mercado Comum, a 31 de dezembro de 1994, os Estados Partes convocarão uma reunião extraordinária com o objetivo de determinar a estrutura institucional definitiva dos órgãos de administração do Mercado Comum, assim como as atribuições específica de cada um deles e seu sistema de tomada de decisões.

### CAPITULO III

#### Vigência

#### ARTIGO 19

O presente Tratado terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados ante o Governo da República do Paraguai, que comunicará a data do depósito aos Governos dos demais Estados Partes.

O Governo da República do Paraguai notificará; ao Governo de cada um dos demais Estados Partes a data de entrada em vigor do presente Tratado.

### CAPITULO IV

#### Adesão

#### ARTIGO 20

O presente Tratado estará aberto á adesão, mediante negociação, dos demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração, cujas solicitações poderão ser examinadas pelos Estados Partes depois de cinco anos de vigência deste Tratado.

Não obstante, poderão ser consideradas antes do referido prazo as solicitações apresentadas por países membros da Associação Latino-Americana de Integração que não façam parte de esquemas de integração subregional ou de uma associação extra-regional.

A aprovação das solicitações será objeto de decisão unânime dos Estados Partes.

### CAPITULO V

#### Denúncia

#### ARTIGO 21

O Estado Parte que desejar desvincular-se do presente Tratado deverá; comunicar essa intenção aos demais Estados Partes de maneira expressa e formal, efetuando no prazo de sessenta (60) dias a entrega do documento de denúncia ao Ministério das Relações Exteriores da República do Paraguai, que o distribuirá; aos demais Estados Partes.

#### ARTIGO 22

Formalizada a denúncia, cessarão para o Estado denunciante os direitos e obrigações que correspondam a sua condição de Estado Parte, mantendo-se os referentes ao programa de liberação do presente Tratado e outros aspectos que os Estados Partes, juntos com o Estado denunciante, acordem no prazo de sessenta (60 ) dias após a formalização da denúncia. Esses direitos e obrigações do Estado denunciante continuarão em vigor por um período de dois (2) anos a partir da data da mencionada formalização.

## CAPITULO VI

### Disposições Gerais

#### ARTIGO 23

O presente Tratado se chamará “Tratado de Assunção”

#### ARTIGO 24

Com o objetivo de facilitar a implementação do Mercado Comum, estabelecer-se-á Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Os Poderes Executivos dos Estados Partes manterão seus respectivos Poderes Legislativos informados sobre a evolução do Mercado Comum objeto do presente Tratado.

Feito na cidade de Assunção, aos 26 dias do mês março de mil novecentos e noventa e um, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O Governo da República do Paraguai será o depositário do presente Tratado e enviará cópia devidamente autenticada do mesmo aos Governos dos demais Estados Partes signatários e aderentes.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA  
CARLOS SAUL MENEM  
GUIDO DI TELLA

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
FERNANDO COLLOR  
FRANCISCO REZEK

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI  
ANDRES RODRIGUES  
ALEXIS FRUTOS VAESKEN

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI  
LUIS ALBERTO LACALLE HERRERA  
HECTOR GROS ESPIELL

#### 13.4. PROTOCOLO DE OURO PRETO

##### PROTOCOLO DE OURO PRETO PROTOCOLO ADICIONAL AO TRATADO DE ASSUNÇÃO SOBRE A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL (Ouro Preto, 17/12/1994)

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominadas "Estados Partes",

Em cumprimento ao disposto no artigo 18 do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991;

Conscientes da importância dos avanços alcançados e da implementação da união aduaneira como etapa para a construção do mercado comum;

Reafirmando os princípios e objetivos do Tratado de Assunção e atentos para a necessidade de uma consideração especial para países e regiões menos desenvolvidos do MERCOSUL;

Atentos para a dinâmica implícita em todo processo de integração e para a conseqüente necessidade de adaptar a estrutura institucional do MERCOSUL às mudanças ocorridas;

Reconhecendo o destacado trabalho desenvolvido pelos órgãos existentes durante o período de transição,

Acordam:

## Capítulo I Estrutura do MERCOSUL

### Artigo 1

A estrutura institucional do MERCOSUL contará com os seguintes órgãos:

- I. O Conselho do Mercado Comum (CMC);
- II. O Grupo Mercado Comum (GMC);
- III. A Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM);
- IV. A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC);
- V. O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES);
- VI. A Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM).

Parágrafo único - Poderão ser criados, nos termos do presente Protocolo, os órgãos auxiliares que se fizerem necessários à consecução dos objetivos do processo de integração.

### Artigo 2

São órgãos com capacidade decisória, de natureza intergovernamental, o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Comissão de Comércio do MERCOSUL.

## Seção I

### Do Conselho do Mercado Comum

#### Artigo 3

O Conselho do Mercado Comum é o órgão superior do MERCOSUL ao qual incumbe a condução política do processo de integração e a tomada de decisões para assegurar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção e para lograr a constituição final do mercado comum.

#### Artigo 4

O Conselho do Mercado Comum será integrado pelos Ministros das Relações Exteriores; e pelos Ministros da Economia, ou seus equivalentes, dos Estados Partes.

#### Artigo 5

A Presidência do Conselho do Mercado Comum será exercida por rotação dos Estados Partes, em ordem alfabética, pelo período de seis meses.

#### Artigo 6

O Conselho do Mercado Comum reunir-se-á quantas vezes estime oportuno, devendo fazê-lo pelo menos uma vez por semestre com a participação dos Presidentes dos Estados Partes.

#### Artigo 7

As reuniões do Conselho do Mercado Comum serão coordenadas pelos Ministérios das Relações Exteriores e poderão ser convidados a delas participar outros Ministros ou autoridades de nível ministerial.

#### Artigo 8

São funções e atribuições do Conselho do Mercado Comum:

- I. Velar pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito;
- II. Formular políticas e promover as ações necessárias à conformação do mercado comum;
- III. Exercer a titularidade da personalidade jurídica do MERCOSUL.
- IV. Negociar e assinar acordos em nome do MERCOSUL com terceiros países, grupos de países e organizações internacionais. Estas funções podem ser

delegadas ao Grupo Mercado Comum por mandato expresso, nas condições estipuladas no inciso VII do artigo 14;

V. Manifestar-se sobre as propostas que lhe sejam elevadas pelo Grupo Mercado Comum;

VI. Criar reuniões de ministros e pronunciar-se sobre os acordos que lhe sejam remetidos pelas mesmas;

VII. Criar os órgãos que estime pertinentes, assim como modificá-los ou extingui-los;

VIII. Esclarecer, quando estime necessário, o conteúdo e o alcance de suas Decisões;

IX. Designar o Diretor da Secretaria Administrativa do MERCOSUL.

X. Adotar Decisões em matéria financeira e orçamentária;

XI. Homologar o Regimento Interno do Grupo Mercado Comum;

## Artigo 9

O Conselho do Mercado Comum manifestar-se-á mediante Decisões, as quais serão obrigatórias para os Estados Partes.

## Seção II Do Grupo Mercado Comum

### Artigo 10

O Grupo Mercado Comum é o órgão executivo do MERCOSUL.

### Artigo 11

O Grupo Mercado Comum será integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, designados pelos respectivos Governos, dentre os quais devem constar necessariamente representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios da Economia (ou equivalentes) e dos Bancos Centrais. O Grupo Mercado Comum será coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores.

### Artigo 12

Ao elaborar e propor medidas concretas no desenvolvimento de seus trabalhos, o Grupo Mercado Comum poderá convocar, quando julgar conveniente, representantes de outros órgãos da Administração Pública ou da estrutura institucional do MERCOSUL.

### Artigo 13

O Grupo Mercado Comum reunir-se-á de forma ordinária ou extraordinária, quantas vezes se fizerem necessárias, nas condições estipuladas por seu Regimento Interno.

### Artigo 14

São funções e atribuições do Grupo Mercado Comum:

I. Velar, nos limites de suas competências, pelo cumprimento do Tratado de Assunção, de seus Protocolos e dos acordos firmados em seu âmbito;

II. Propor projetos de Decisão ao Conselho do Mercado Comum;

III. Tomar as medidas necessárias ao cumprimento das Decisões adotadas pelo Conselho do Mercado Comum;

IV. Fixar programas de trabalho que assegurem avanços para o estabelecimento do mercado comum;

V. Criar, modificar ou extinguir órgãos tais como subgrupos de trabalho e reuniões especializadas, para o cumprimento de seus objetivos;

VI. Manifestar-se sobre as propostas ou recomendações que lhe forem submetidas pelos demais órgãos do MERCOSUL no âmbito de suas competências;

VII. Negociar, com a participação de representantes de todos os Estados Partes, por delegação expressa do Conselho do Mercado Comum e dentro dos limites estabelecidos em mandatos específicos concedidos para esse fim, acordos em nome do MERCOSUL com terceiros países, grupos de países e organismos internacionais. O Grupo Mercado Comum, quando dispuser de mandato para tal fim, procederá à assinatura dos mencionados acordos. O Grupo Mercado Comum, quando autorizado pelo Conselho do Mercado Comum, poderá delegar os referidos poderes à Comissão de Comércio do MERCOSUL;

VIII. Aprovar o orçamento e a prestação de contas anual apresentada pela Secretaria Administrativa do MERCOSUL;

IX. Adotar Resoluções em matéria financeira e orçamentária, com base nas orientações emanadas do Conselho do Mercado Comum;

X. Submeter ao Conselho do Mercado Comum seu Regimento Interno;

XI. Organizar as reuniões do Conselho do Mercado Comum e preparar os relatórios e estudos que este lhe solicitar.

XII. Eleger o Diretor da Secretaria Administrativa do MERCOSUL;

XIII. Supervisionar as atividades da Secretaria Administrativa do MERCOSUL;

XIV. Homologar os Regimentos Internos da Comissão de Comércio e do Foro Consultivo Econômico-Social;

#### Artigo 15

O Grupo Mercado Comum manifestar-se-á mediante Resoluções, as quais serão obrigatórias para os Estados Partes.

#### Seção III

#### Da Comissão de Comércio do MERCOSUL

#### Artigo 16

À Comissão de Comércio do MERCOSUL, órgão encarregado de assistir o Grupo Mercado Comum, compete velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes para o funcionamento da união aduaneira, bem como acompanhar e revisar os temas e matérias relacionados com as políticas comerciais comuns, com o comércio intra-MERCOSUL e com terceiros países.

#### Artigo 17

A Comissão de Comércio do MERCOSUL será integrada por quatro membros titulares e quatro membros alternos por Estado Parte e será coordenada pelos Ministérios das Relações Exteriores.

#### Artigo 18

A Comissão de Comércio do MERCOSUL reunir-se-á pelo menos uma vez por mês ou sempre que solicitado pelo Grupo Mercado Comum ou por qualquer dos Estados Partes.

#### Artigo 19

São funções e atribuições da Comissão de Comércio do MERCOSUL:

I. Velar pela aplicação dos instrumentos comuns de política comercial intra-MERCOSUL e com terceiros países, organismos internacionais e acordos de comércio;

II. Considerar e pronunciar-se sobre as solicitações apresentadas pelos Estados Partes com respeito à aplicação e ao cumprimento da tarifa externa comum e dos demais instrumentos de política comercial comum;

III. Acompanhar a aplicação dos instrumentos de política comercial comum nos Estados Partes;



- IV. Analisar a evolução dos instrumentos de política comercial comum para o funcionamento da união aduaneira e formular Propostas a respeito ao Grupo Mercado Comum;
- V. Tomar as decisões vinculadas à administração e à aplicação da tarifa externa comum e dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes;
- VI. Informar ao Grupo Mercado Comum sobre a evolução e a aplicação dos instrumentos de política comercial comum, sobre o trâmite das solicitações recebidas e sobre as decisões adotadas a respeito delas;
- VII. Propor ao Grupo Mercado Comum novas normas ou modificações às normas existentes referentes à matéria comercial e aduaneira do MERCOSUL;
- VIII. Propor a revisão das alíquotas tarifárias de itens específicos da tarifa externa comum, inclusive para contemplar casos referentes a novas atividades produtivas no âmbito do MERCOSUL;
- IX. Estabelecer os comitês técnicos necessários ao adequado cumprimento de suas funções, bem como dirigir e supervisionar as atividades dos mesmos;
- X. Desempenhar as tarefas vinculadas à política comercial comum que lhe solicite o Grupo Mercado Comum;
- XI. Adotar o Regimento Interno, que submeterá ao Grupo Mercado Comum para sua homologação.

## Artigo 20

A Comissão de Comércio do MERCOSUL manifestar-se-á mediante Diretrizes ou Propostas. As Diretrizes serão obrigatórias para os Estados Partes.

## Artigo 21

Além das funções e atribuições estabelecidas nos artigos 16 e 19 do presente Protocolo, caberá à Comissão de Comércio do MERCOSUL considerar reclamações apresentadas pelas Seções Nacionais da Comissão de Comércio do MERCOSUL, originadas pelos Estados Partes ou em demandas de particulares - pessoas físicas ou jurídicas -, relacionadas com as situações previstas nos artigos 1 ou 25 do Protocolo de Brasília, quando estiverem em sua área de competência.

Parágrafo primeiro - O exame das referidas reclamações no âmbito da Comissão de Comércio do MERCOSUL não obstará a ação do Estado Parte que efetuou a reclamação ao amparo do Protocolo de Brasília para Solução de Controvérsias.

Parágrafo segundo - As reclamações originadas nos casos estabelecidos no presente artigo obedecerão o procedimento previsto no Anexo deste Protocolo.

#### Seção IV

#### Da Comissão Parlamentar Conjunta

##### Artigo 22

A Comissão Parlamentar Conjunta é o órgão representativo dos Parlamentos dos Estados Partes no âmbito do MERCOSUL.

##### Artigo 23

A Comissão Parlamentar Conjunta será integrada por igual número de parlamentares representantes dos Estados Partes.

##### Artigo 24

Os integrantes da Comissão Parlamentar Conjunta serão designados pelos respectivos Parlamentos nacionais, de acordo com seus procedimentos internos.

##### Artigo 25

A Comissão Parlamentar Conjunta procurará acelerar os procedimentos internos correspondentes nos Estados Partes para a pronta entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL previstos no Artigo 2 deste Protocolo. Da mesma forma, coadjuvará na harmonização de legislações, tal como requerido pelo avanço do processo de integração. Quando necessário, o Conselho do Mercado Comum solicitará à Comissão Parlamentar Conjunta o exame de temas prioritários.

##### Artigo 26

A Comissão Parlamentar Conjunta encaminhará, por intermédio do Grupo Mercado Comum, Recomendações ao Conselho do Mercado Comum.

##### Artigo 27

A Comissão Parlamentar Conjunta adotará o seu Regimento Interno.

#### Seção V

#### Do Foro Consultivo Econômico-Social

##### Artigo 28

O Foro Consultivo Econômico-Social é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais e será integrado por igual número de representantes de cada Estado Parte.

## Artigo 29

O Foro Consultivo Econômico-Social terá função consultiva e manifestar-se-á mediante Recomendações ao Grupo Mercado Comum.

## Artigo 30

O Foro Consultivo Econômico-Social submeterá seu Regimento Interno ao Grupo Mercado Comum, para homologação.

## Seção VI

### Da Secretaria Administrativa do MERCOSUL

## Artigo 31

O MERCOSUL contará com uma Secretaria Administrativa como órgão de apoio operacional. A Secretaria Administrativa do MERCOSUL será responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do MERCOSUL e terá sede permanente na cidade de Montevideu.

## Artigo 32

A Secretaria Administrativa do MERCOSUL desempenhará as seguintes atividades:

- I.** Servir como arquivo oficial da documentação do MERCOSUL;
- II.** Realizar a publicação e a difusão das decisões adotadas no âmbito do MERCOSUL. Nesse contexto, lhe corresponderá:
  - i) Realizar, em coordenação com os Estados Partes, as traduções autênticas para os idiomas espanhol e português de todas as decisões adotadas pelos órgãos da estrutura institucional do MERCOSUL, conforme previsto no artigo 39.
  - ii) Editar o Boletim Oficial do MERCOSUL.
- III.** Organizar os aspectos logísticos das reuniões do Conselho do Mercado Comum, do Grupo Mercado Comum e da Comissão de Comércio do MERCOSUL e, dentro de suas possibilidades, dos demais órgãos do MERCOSUL, quando as mesmas forem realizadas em sua sede permanente. No que se refere às reuniões realizadas fora de sua sede permanente, a Secretaria Administrativa do MERCOSUL fornecerá apoio ao Estado que sediar o evento.
- IV.** Informar regularmente os Estados Partes sobre as medidas implementadas por cada país para incorporar em seu ordenamento jurídico as normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL previstos no Artigo 2 deste Protocolo.
- V.** Registrar as listas nacionais dos árbitros e especialistas, bem como desempenhar outras tarefas determinadas pelo Protocolo de Brasília, de 17 de dezembro de 1991;
- VI.** Desempenhar as tarefas que lhe sejam solicitadas pelo Conselho do Mercado Comum, pelo Grupo Mercado Comum e pela Comissão do Comércio do MERCOSUL;
- VII.** Elaborar seu projeto de orçamento e, uma vez aprovado pelo Grupo Mercado Comum, praticar todos os atos necessários à sua correta execução;
- VIII.** Apresentar anualmente ao Grupo Mercado Comum a sua prestação de contas, bem como relatório sobre suas atividades;

### Artigo 33

A Secretaria Administrativa do MERCOSUL estará a cargo de um Diretor, o qual será nacional de um dos Estados Partes. Será eleito pelo Grupo Mercado Comum, em bases rotativas, prévia consulta aos Estados Partes, e designado pelo Conselho do Mercado Comum. Terá mandato de dois anos, vedada a reeleição.

## Capítulo II Personalidade Jurídica

### Artigo 34

O MERCOSUL terá personalidade jurídica de Direito Internacional.

### Artigo 35

O MERCOSUL poderá, no uso de suas atribuições, praticar todos os atos necessários à realização de seus objetivos, em especial contratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, comparecer em juízo, conservar fundos e fazer transferências.

### Artigo 36

O MERCOSUL celebrará acordos de sede.

## Capítulo III Sistema de Tomada de Decisões

### Artigo 37

As decisões dos órgãos do MERCOSUL serão tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados Partes.

## Capítulo IV Aplicação Interna das Normas Emanadas dos Órgãos do MERCOSUL

### Artigo 38

Os Estados Partes comprometem-se a adotar todas as medidas necessárias para assegurar, em seus respectivos territórios, o cumprimento das normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL previstos no artigo 2 deste Protocolo.

Parágrafo único - Os Estados Partes informarão à Secretaria Administrativa do MERCOSUL as medidas adotadas para esse fim.

## Artigo 39

Serão publicados no Boletim Oficial do MERCOSUL, em sua íntegra, nos idiomas espanhol e português, o teor das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum, das Diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL e dos Laudos Arbitrais de solução de controvérsias, bem como de quaisquer atos aos quais o Conselho do Mercado Comum ou o Grupo Mercado Comum entendam necessário atribuir publicidade oficial.

## Artigo 40

A fim de garantir a vigência simultânea nos Estados Partes das normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL previstos no Artigo 2 deste Protocolo, deverá ser observado o seguinte procedimento:

- i) Uma vez aprovada a norma, os Estados Partes adotarão as medidas necessárias para a sua incorporação ao ordenamento jurídico nacional e comunicarão as mesmas à Secretaria Administrativa do MERCOSUL;
- ii) Quando todos os Estados Partes tiverem informado sua incorporação aos respectivos ordenamentos jurídicos internos, a Secretaria Administrativa do MERCOSUL comunicará o fato a cada Estado Parte;
- iii) As normas entrarão em vigor simultaneamente nos Estados Partes 30 dias após a data da comunicação efetuada pela Secretaria Administrativa do MERCOSUL, nos termos do item anterior. Com esse objetivo, os Estados Partes, dentro do prazo acima, darão publicidade do início da vigência das referidas normas por intermédio de seus respectivos diários oficiais.

## Capítulo V

### Fontes Jurídicas do MERCOSUL

## Artigo 41

As fontes jurídicas do MERCOSUL são:

- I. O Tratado de Assunção, seus protocolos e os instrumentos adicionais ou complementares;
- II. Os acordos celebrados no âmbito do Tratado de Assunção e seus protocolos;
- III. As Decisões do Conselho do Mercado Comum, as Resoluções do Grupo Mercado Comum e as Diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL, adotadas desde a entrada em vigor do Tratado de Assunção.

## Artigo 42

As normas emanadas dos órgãos do MERCOSUL previstos no Artigo 2 deste Protocolo terão caráter obrigatório e deverão, quando necessário, ser incorporadas aos ordenamentos jurídicos nacionais mediante os procedimentos previstos pela

legislação de cada país.

## Capítulo VI Sistema de Solução de Controvérsias

### Artigo 43

As controvérsias que surgirem entre os Estados Partes sobre a interpretação, a aplicação ou o não cumprimento das disposições contidas no Tratado de Assunção, dos acordos celebrados no âmbito do mesmo, bem como das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL, serão submetidas aos procedimentos de solução estabelecidos no Protocolo de Brasília, de 17 de dezembro de 1991.

Parágrafo único - Ficam também incorporadas aos Artigos 19 e 25 do Protocolo de Brasília as Diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL.

### Artigo 44

Antes de culminar o processo de convergência da tarifa externa comum, os Estados Partes efetuarão uma revisão do atual sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL, com vistas à adoção do sistema permanente a que se referem o item 3 do Anexo III do Tratado de Assunção e o artigo 34 do Protocolo de Brasília.

## Capítulo VII Orçamento

### Artigo 45

A Secretaria Administrativa do MERCOSUL contará com orçamento para cobrir seus gastos de funcionamento e aqueles que determine o Grupo Mercado Comum. Tal orçamento será financiado, em partes iguais, por contribuições dos Estados Partes.

## Capítulo VIII Idiomas

### Artigo 46

Os idiomas oficiais do MERCOSUL são o espanhol e o português. A versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião.

## Capítulo IX Revisão

### Artigo 47

Os Estados Partes convocarão, quando julgarem oportuno, conferência diplomática com o objetivo de revisar a estrutura institucional do MERCOSUL estabelecida pelo

presente Protocolo, assim como as atribuições específicas de cada um de seus órgãos.

## Capítulo X Vigência

### Artigo 48

O presente Protocolo, parte integrante do Tratado de Assunção, terá duração indefinida e entrará em vigor 30 dias após a data do depósito do terceiro instrumento de ratificação. O presente Protocolo e seus instrumentos de ratificação serão depositados ante o Governo da República do Paraguai.

### Artigo 49

O Governo da República do Paraguai notificará aos Governos dos demais Estados Partes a data do depósito dos instrumentos de ratificação e da entrada em vigor do presente Protocolo.

### Artigo 50

Em matéria de adesão ou denúncia, regerão como um todo, para o presente Protocolo, as normas estabelecidas pelo Tratado de Assunção. A adesão ou denúncia ao Tratado de Assunção ou ao presente Protocolo significam, ipso iure, a adesão ou denúncia ao presente Protocolo e ao Tratado de Assunção.

## Capítulo XI Disposição Transitória

### Artigo 51

A estrutura institucional prevista no Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, assim como seus órgãos, será mantida até a data de entrada em vigor do presente Protocolo.

## Capítulo XII Disposições Gerais

### Artigo 52

O presente Protocolo chamar-se-á "Protocolo de Ouro Preto".

### Artigo 53

Ficam revogadas todas as disposições do Tratado de Assunção, de 26 de março de 1991, que conflitem com os termos do presente Protocolo e com o teor das Decisões aprovadas pelo Conselho do Mercado Comum durante o período de transição.

Feito na cidade de Ouro Preto, República Federativa do Brasil, aos dezessete dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e quatro, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos. O Governo da República do Paraguai enviará cópia devidamente autenticada do presente Protocolo aos Governos dos demais Estados Partes.

## ANEXO

### PROCEDIMENTO GERAL PARA RECLAMAÇÕES PERANTE A COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL

#### Artigo 1

As reclamações apresentadas pelas Seções Nacionais da Comissão de Comércio do MERCOSUL, originadas pelos Estados Partes ou em reclamações de particulares - pessoas físicas ou jurídicas -, de acordo com o previsto no Artigo 21 do Protocolo de Ouro Preto, observarão o procedimento estabelecido no presente Anexo.

#### Artigo 2

O Estado Parte reclamante apresentará sua reclamação perante a Presidência Pro-Tempore da Comissão de Comércio do MERCOSUL, a qual tomará as providências necessárias para a incorporação do tema na agenda da primeira reunião subsequente da Comissão de Comércio do MERCOSUL, respeitado o prazo mínimo de uma semana de antecedência. Se não for adotada decisão na referida reunião, a Comissão de Comércio do MERCOSUL remeterá os antecedentes, sem outro procedimento, a um Comitê Técnico.

#### Artigo 3

O Comitê Técnico preparará e encaminhará à Comissão de Comércio do MERCOSUL, no prazo máximo de 30 dias corridos, um parecer conjunto sobre a matéria. Esse parecer, bem como as conclusões dos especialistas integrantes do Comitê Técnico, quando não for adotado parecer, serão levados em consideração pela Comissão de Comércio do MERCOSUL, quando esta decidir sobre a reclamação.

#### Artigo 4

A Comissão de Comércio do MERCOSUL decidirá sobre a questão em sua primeira reunião ordinária posterior ao recebimento do parecer conjunto ou, na sua ausência, as conclusões dos especialistas, podendo também ser convocada uma reunião extraordinária com essa finalidade.



## Artigo 5

Se não for alcançado o consenso na primeira reunião mencionada no Artigo 4, a Comissão de Comércio do MERCOSUL encaminhará ao Grupo Mercado Comum as diferentes alternativas propostas, assim como o parecer conjunto ou as conclusões dos especialistas do Comitê Técnico, a fim de que seja tomada uma decisão sobre a matéria. O Grupo Mercado Comum pronunciar-se-á a respeito no prazo de trinta (30) dias corridos, contados do recebimento, pela Presidência Pro-Tempore, das propostas encaminhadas pela Comissão de Comércio do MERCOSUL.

## Artigo 6

Se houver consenso quanto à procedência da reclamação, o Estado Parte reclamado deverá tomar as medidas aprovadas na Comissão de Comércio do MERCOSUL ou no Grupo Mercado Comum. Em cada caso, a Comissão de Comércio do MERCOSUL ou, posteriormente, o Grupo Mercado Comum determinarão prazo razoável para a implementação dessas medidas. Decorrido tal prazo sem que o Estado reclamado tenha observado o disposto na decisão alcançada, seja na Comissão de Comércio do MERCOSUL ou no Grupo Mercado Comum, o Estado reclamante poderá recorrer diretamente ao procedimento previsto no Capítulo IV do Protocolo de Brasília.

## Artigo 7

Se não for alcançado consenso na Comissão de Comércio do MERCOSUL e, posteriormente, no Grupo Mercado Comum, ou se o Estado reclamado não observar, no prazo previsto no Artigo 6, o disposto na decisão alcançada, o Estado reclamante poderá recorrer diretamente ao procedimento previsto no Capítulo IV do Protocolo de Brasília, fato que será comunicado à Secretaria Administrativa do MERCOSUL.

O Tribunal Arbitral, antes da emissão de seu Laudo, deverá, se assim solicitar o Estado reclamante, manifestar-se, no prazo de até quinze (15) dias após sua constituição, sobre as medidas provisórias que considere apropriadas, nas condições estipuladas pelo Artigo 18 do Protocolo de Brasília.

---

## 13.5. PROTOCOLO DE OLIVOS (SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS)

### PROTOCOLO DE OLIVOS PARA A SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NO MERCOSUL

A República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, doravante denominados "Estados Partes";

TENDO EM CONTA

O Tratado de Assunção, o Protocolo de Brasília e o Protocolo de Ouro Preto;

## RECONHECENDO

Que a evolução do processo de integração no âmbito do MERCOSUL requer o aperfeiçoamento do sistema de solução de controvérsias;

## CONSIDERANDO

A necessidade de garantir a correta interpretação, aplicação e cumprimento dos instrumentos fundamentais do processo de integração e do conjunto normativo do MERCOSUL, de forma consistente e sistemática;

## CONVENCIDOS

Da conveniência de efetuar modificações específicas no sistema de solução de controvérsias de maneira a consolidar a segurança jurídica no âmbito do MERCOSUL;

ACORDARAM o seguinte:

## CAPÍTULO I

### CONTROVÉRSIAS ENTRE ESTADOS PARTES

#### Artigo 1

##### Âmbito de aplicação

1. As controvérsias que surjam entre os Estados Partes sobre a interpretação, a aplicação ou o não cumprimento do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto, dos protocolos e acordos celebrados no marco do Tratado de Assunção, das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL serão submetidas aos procedimentos estabelecidos no presente Protocolo.

2. As controvérsias compreendidas no âmbito de aplicação do presente Protocolo que possam também ser submetidas ao sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio ou de outros esquemas preferenciais de comércio de que sejam parte individualmente os Estados Partes do MERCOSUL poderão submeter-se a um ou outro foro, à escolha da parte demandante. Sem prejuízo disso, as partes na controvérsia poderão, de comum acordo, definir o foro.

Uma vez iniciado um procedimento de solução de controvérsias de acordo com o parágrafo anterior, nenhuma das partes poderá recorrer a mecanismos de solução de controvérsias estabelecidos nos outros foros com relação a um mesmo objeto, definido nos termos do artigo 14 deste Protocolo.

Não obstante, no marco do estabelecido neste numeral, o Conselho do Mercado Comum regulamentará os aspectos relativos à opção de foro.

## CAPÍTULO II MECANISMOS RELATIVOS A ASPECTOS TÉCNICOS

### Artigo 2

#### Estabelecimento dos mecanismos

1. Quando se considere necessário, poderão ser estabelecidos mecanismos expeditos para resolver divergências entre Estados Partes sobre aspectos técnicos regulados em instrumentos de políticas comerciais comuns.

1. As regras de funcionamento, o alcance desses mecanismos e a natureza dos pronunciamentos a serem emitidos nos mesmos serão definidos e aprovados por Decisão do Conselho do Mercado Comum.

## CAPÍTULO III OPINIÕES CONSULTIVAS

### Artigo 3

#### Regime de solicitação

O Conselho do Mercado Comum poderá estabelecer mecanismos relativos à solicitação de opiniões consultivas ao Tribunal Permanente de Revisão definindo seu alcance e seus procedimentos.

## CAPÍTULO IV NEGOCIAÇÕES DIRETAS

### Artigo 4

#### Negociações

Os Estados Partes numa controvérsia procurarão resolvê-la, antes de tudo, mediante negociações diretas.

### Artigo 5

#### Procedimento e prazo

1. As negociações diretas não poderão, salvo acordo entre as partes na controvérsia, exceder um prazo de quinze (15) dias a partir da data em que uma delas comunicou à outra a decisão de iniciar a controvérsia.

2. Os Estados partes em uma controvérsia informarão ao Grupo Mercado Comum, por intermédio da Secretaria Administrativa do MERCOSUL, sobre as gestões que se realizarem durante as negociações e os resultados das mesmas.

## CAPÍTULO V INTERVENÇÃO DO GRUPO MERCADO COMUM

### Artigo 6

#### Procedimento opcional ante o GMC

1. Se mediante as negociações diretas não se alcançar um acordo ou se a controvérsia for solucionada apenas parcialmente, qualquer dos Estados partes na controvérsia poderá iniciar diretamente o procedimento arbitral previsto no Capítulo VI.

2. Sem prejuízo do estabelecido no numeral anterior, os Estados partes na controvérsia poderão, de comum acordo, submetê-la à consideração do Grupo Mercado Comum.

i) Nesse caso, o Grupo Mercado Comum avaliará a situação, dando oportunidade às partes na controvérsia para que exponham suas respectivas posições, requerendo, quando considere necessário, o assessoramento de especialistas selecionados da lista referida no artigo 43 do presente Protocolo.

ii) Os gastos relativos a esse assessoramento serão custeados em montantes iguais pelos Estados partes na controvérsia ou na proporção que determine o Grupo Mercado Comum.

3. A controvérsia também poderá ser levada à consideração do Grupo Mercado Comum se outro Estado, que não seja parte na controvérsia, solicitar, justificadamente, tal procedimento ao término das negociações diretas. Nesse caso, o procedimento arbitral iniciado pelo Estado Parte demandante não será interrompido, salvo acordo entre os Estados partes na controvérsia.

#### Artigo 7

##### Atribuições do GMC

1. Se a controvérsia for submetida ao Grupo Mercado Comum pelos Estados partes na controvérsia, este formulará recomendações que, se possível, deverão ser expressas e detalhadas, visando à solução da divergência.

2. Se a controvérsia for levada à consideração do Grupo Mercado Comum a pedido de um Estado que dela não é parte, o Grupo Mercado Comum poderá formular comentários ou recomendações a respeito.

#### Artigo 8

##### Prazo para intervenção e pronunciamento do GMC

O procedimento descrito no presente Capítulo não poderá estender-se por um prazo superior a trinta (30), dias a partir da data da reunião em que a controvérsia foi submetida à consideração do Grupo Mercado Comum.

### CAPÍTULO VI

#### PROCEDIMENTO ARBITRAL AD HOC

#### Artigo 9

##### Início da etapa arbitral

1. Quando não tiver sido possível solucionar a controvérsia mediante a aplicação dos procedimentos referidos nos Capítulos IV e V, qualquer dos Estados partes na controvérsia poderá comunicar à Secretaria Administrativa do MERCOSUL sua decisão de recorrer ao procedimento arbitral estabelecido no presente Capítulo.

2. A Secretaria Administrativa do MERCOSUL notificará, de imediato, a comunicação ao outro ou aos outros Estados envolvidos na controvérsia e ao Grupo Mercado Comum.

3. A Secretaria Administrativa do MERCOSUL se encarregará das gestões administrativas que lhe sejam requeridas para a tramitação dos procedimentos.

## Artigo 10

### Composição do Tribunal Arbitral Ad Hoc

1. O procedimento arbitral tramitará ante um Tribunal Ad Hoc composto de três (3) árbitros.

2. Os árbitros serão designados da seguinte maneira:

i) Cada Estado parte na controvérsia designará um (1) árbitro titular da lista prevista no artigo 11.1, no prazo de quinze (15) dias, contado a partir da data em que a Secretaria Administrativa do MERCOSUL tenha comunicado aos Estados partes na controvérsia a decisão de um deles de recorrer à arbitragem.

Simultaneamente, designará da mesma lista, um (1) árbitro suplente para substituir o árbitro titular em caso de incapacidade ou excusa deste em qualquer etapa do procedimento arbitral.

ii) Se um dos Estados partes na controvérsia não tiver nomeado seus árbitros no prazo indicado no numeral 2 (i), eles serão designados por sorteio pela Secretaria Administrativa do MERCOSUL em um prazo de dois (2) dias, contado a partir do vencimento daquele prazo, dentre os árbitros desse Estado da lista prevista no artigo 11.1.

3. O árbitro Presidente será designado da seguinte forma:

i) Os Estados partes na controvérsia designarão, de comum acordo, o terceiro árbitro, que presidirá o Tribunal Arbitral Ad Hoc, da lista prevista no artigo 11.2 (iii), em um prazo de quinze (15) dias, contado a partir da data em que a Secretaria Administrativa do MERCOSUL tenha comunicado aos Estados partes na controvérsia a decisão de um deles de recorrer à arbitragem.

Simultaneamente, designarão da mesma lista, um árbitro suplente para substituir o árbitro titular em caso de incapacidade ou excusa deste em qualquer etapa do procedimento arbitral.

O Presidente e seu suplente não poderão ser nacionais dos Estados partes na controvérsia.

ii) Se não houver acordo entre os Estados partes na controvérsia para escolher o terceiro árbitro dentro do prazo indicado, a Secretaria Administrativa do MERCOSUL, a pedido de qualquer um deles, procederá a sua designação por sorteio da lista do artigo 11.2 (iii), excluindo do mesmo os nacionais dos Estados partes na controvérsia.

iii) Os designados para atuar como terceiros árbitros deverão responder, em um prazo máximo de três (3) dias, contado a partir da notificação de sua designação, sobre sua aceitação para atuar em uma controvérsia.

4. A Secretaria Administrativa do MERCOSUL notificará os árbitros de sua designação.

## Artigo 11

### Listas de árbitros

1. Cada Estado Parte designará doze (12) árbitros, que integrarão uma lista que ficará registrada na Secretaria Administrativa do MERCOSUL. A designação dos árbitros, juntamente com o curriculum vitae detalhado de cada um deles, será notificada simultaneamente aos demais Estados Partes e à Secretaria Administrativa do MERCOSUL.

i) Cada Estado Parte poderá solicitar esclarecimentos sobre as pessoas designadas pelos outros Estados Partes para integrar a lista referida no parágrafo anterior, dentro do prazo de trinta (30) dias, contado a partir de tal notificação.

ii) A Secretaria Administrativa do MERCOSUL notificará aos Estados Partes a lista consolidada de árbitros do MERCOSUL, bem como suas sucessivas modificações.

2. Cada Estado Parte proporá, ademais, quatro (4) candidatos para integrar a lista de terceiros árbitros. Pelo menos um dos árbitros indicados por cada Estado Parte para esta lista não será nacional de nenhum dos Estados Partes do MERCOSUL.

i) A lista deverá ser notificada aos demais Estados Partes, por intermédio da Presidência Pro Tempore, acompanhada pelo curriculum vitae de cada um dos candidatos propostos.

ii) Cada Estado Parte poderá solicitar esclarecimentos sobre as pessoas propostas pelos demais Estados Partes ou apresentar objeções justificadas aos candidatos indicados, conforme os critérios estabelecidos no artigo 35, dentro do prazo de trinta (30) dias, contado a partir da notificação dessas propostas.

As objeções deverão ser comunicadas por intermédio da Presidência Pro Tempore ao Estado Parte proponente. Se, em um prazo que não poderá exceder a trinta (30) dias contado da notificação, não se chegar a uma solução, prevalecerá a objeção.

iii) A lista consolidada de terceiros árbitros, bem como suas sucessivas modificações, acompanhadas do curriculum vitae dos árbitros, será comunicada pela Presidência Pro Tempore à Secretaria Administrativa do MERCOSUL, que a registrará e notificará aos Estados Partes.

## Artigo 12

### Representantes e assessores

Os Estados partes na controvérsia designarão seus representantes ante o Tribunal Arbitral Ad Hoc e poderão ainda designar assessores para a defesa de seus direitos.

## Artigo 13

### Unificação de representação

Se dois ou mais Estados Partes sustentarem a mesma posição na controvérsia, poderão unificar sua representação ante o Tribunal Arbitral e designarão um árbitro de comum acordo, no prazo estabelecido no artigo 10.2(i).

## Artigo 14

### Objeto da controvérsia

1. O objeto das controvérsias ficará determinado pelos textos de apresentação e de resposta apresentados ante o Tribunal Arbitral Ad Hoc, não podendo ser ampliado posteriormente.
2. As alegações que as partes apresentem nos textos mencionados no numeral anterior se basearão nas questões que foram consideradas nas etapas prévias, contempladas no presente Protocolo e no Anexo ao Protocolo de Ouro Preto.
3. Os Estados partes na controvérsia informarão ao Tribunal Arbitral Ad Hoc, nos textos mencionados no numeral 1 do presente artigo, sobre as instâncias cumpridas com anterioridade ao procedimento arbitral e farão uma exposição dos fundamentos de fato e de direito de suas respectivas posições.

## Artigo 15

### Medidas provisórias

1. O Tribunal Arbitral Ad Hoc poderá, por solicitação da parte interessada, e na medida em que existam presunções fundamentadas de que a manutenção da situação poderá ocasionar danos graves e irreparáveis a uma das partes na controvérsia, ditar as medidas provisórias que considere apropriadas para prevenir tais danos.
2. O Tribunal poderá, a qualquer momento, tornar sem efeito tais medidas.
3. Caso o laudo seja objeto de recurso de revisão, as medidas provisórias que não tenham sido deixadas sem efeito antes da emissão do mesmo se manterão até o tratamento do tema na primeira reunião do Tribunal Permanente de Revisão, que deverá resolver sobre sua manutenção ou extinção.

## Artigo 16

### Laudo arbitral

O Tribunal Arbitral Ad Hoc emitirá o laudo num prazo de sessenta (60) dias, prorrogáveis por decisão do Tribunal por um prazo máximo de trinta (30) dias, contado a partir da comunicação efetuada pela Secretaria Administrativa do MERCOSUL às partes e aos demais árbitros, informando a aceitação pelo árbitro Presidente de sua designação.

## CAPÍTULO VII

### PROCEDIMENTO DE REVISÃO

## Artigo 17

### Recurso de revisão

1. Qualquer das partes na controvérsia poderá apresentar um recurso de revisão do laudo do Tribunal Arbitral Ad Hoc ao Tribunal Permanente de Revisão, em prazo não superior a quinze (15) dias a partir da notificação do mesmo.
2. O recurso estará limitado a questões de direito tratadas na controvérsia e às interpretações jurídicas desenvolvidas no laudo do Tribunal Arbitral Ad Hoc.
3. Os laudos dos Tribunais Ad Hoc emitidos com base nos princípios ex aequo et bono não serão suscetíveis de recurso de revisão.

4. A Secretaria Administrativa do MERCOSUL estará encarregada das gestões administrativas que lhe sejam encomendadas para o trâmite dos procedimentos e manterá informados os Estados partes na controvérsia e o Grupo Mercado Comum.

#### Artigo 18

##### Composição do Tribunal Permanente de Revisão

1. O Tribunal Permanente de Revisão será integrado por cinco (5) árbitros.
2. Cada Estado Parte do MERCOSUL designará um (1) árbitro e seu suplente por um período de dois (2) anos, renovável por no máximo dois períodos consecutivos.
3. O quinto árbitro, que será designado por um período de três (3) anos não renovável, salvo acordo em contrário dos Estados Partes, será escolhido, por unanimidade dos Estados Partes, da lista referida neste numeral, pelo menos três (3) meses antes da expiração do mandato do quinto árbitro em exercício. Este árbitro terá a nacionalidade de algum dos Estados Partes do MERCOSUL, sem prejuízo do disposto no numeral 4 deste Artigo.  
Não havendo unanimidade, a designação se fará por sorteio que realizará a Secretaria Administrativa do MERCOSUL, dentre os integrantes dessa lista, dentro dos dois (2) dias seguintes ao vencimento do referido prazo.  
A lista para a designação do quinto árbitro conformar-se-á com oito (8) integrantes. Cada Estado Parte proporá dois (2) integrantes que deverão ser nacionais dos países do MERCOSUL.
4. Os Estados Partes, de comum acordo, poderão definir outros critérios para a designação do quinto árbitro.
5. Pelo menos três (3) meses antes do término do mandato dos árbitros, os Estados Partes deverão manifestar-se a respeito de sua renovação ou propor novos candidatos.
6. Caso expire o mandato de um árbitro que esteja atuando em uma controvérsia, este deverá permanecer em função até sua conclusão.
7. Aplica-se, no que couber, aos procedimentos descritos neste artigo o disposto no artigo 11.2.

#### Artigo 19

##### Disponibilidade permanente

Os integrantes do Tribunal Permanente de Revisão, uma vez que aceitem sua designação, deverão estar disponíveis permanentemente para atuar quando convocados.

#### Artigo 20

##### Funcionamento do Tribunal

1. Quando a controvérsia envolver dois Estados Partes, o Tribunal estará integrado por três (3) árbitros. Dois (2) árbitros serão nacionais de cada Estado parte na controvérsia e o terceiro, que exercerá a Presidência, será designado mediante sorteio a ser realizado pelo Diretor da Secretaria Administrativa do MERCOSUL, entre os árbitros restantes que não sejam nacionais dos Estados partes na controvérsia. A designação do Presidente dar-se-á no dia seguinte à interposição do



recurso de revisão, data a partir da qual estará constituído o Tribunal para todos os efeitos.

2. Quando a controvérsia envolver mais de dois Estados Partes, o Tribunal Permanente de Revisão estará integrado pelos cinco (5) árbitros.

3. Os Estados Partes, de comum acordo, poderão definir outros critérios para o funcionamento do Tribunal estabelecido neste artigo.

#### Artigo 21

##### Contestação do recurso de revisão e prazo para o laudo

1. A outra parte na controvérsia terá direito a contestar o recurso de revisão interposto, dentro do prazo de quinze (15) dias de notificada a apresentação de tal recurso.

2. O Tribunal Permanente de Revisão pronunciar-se-á sobre o recurso em um prazo máximo de trinta (30) dias, contado a partir da apresentação da contestação a que faz referência o numeral anterior ou do vencimento do prazo para a referida apresentação, conforme o caso. Por decisão do Tribunal, o prazo de trinta (30) dias poderá ser prorrogado por mais quinze (15) dias.

#### Artigo 22

##### Alcance do pronunciamento

1. O Tribunal Permanente de Revisão poderá confirmar, modificar ou revogar a fundamentação jurídica e as decisões do Tribunal Arbitral Ad Hoc.

2. O laudo do Tribunal Permanente de Revisão será definitivo e prevalecerá sobre o laudo do Tribunal Arbitral Ad Hoc.

#### Artigo 23

##### Acesso direto ao Tribunal Permanente de Revisão

1. As partes na controvérsia, culminado o procedimento estabelecido nos artigos 4 e 5 deste Protocolo, poderão acordar expressamente submeter-se diretamente e em única instância ao Tribunal Permanente de Revisão, caso em que este terá as mesmas competências que um Tribunal Arbitral Ad Hoc, aplicando-se, no que corresponda, os Artigos 9, 12, 13, 14, 15 e 16 do presente Protocolo.

2. Nessas condições, os laudos do Tribunal Permanente de Revisão serão obrigatórios para os Estados partes na controvérsia a partir do recebimento da respectiva notificação, não estarão sujeitos a recursos de revisão e terão, com relação às partes, força de coisa julgada.

#### Artigo 24

##### Medidas excepcionais e de urgência

O Conselho do Mercado Comum poderá estabelecer procedimentos especiais para atender casos excepcionais de urgência que possam ocasionar danos irreparáveis às Partes.

## CAPÍTULOS VIII LAUDOS ARBITRAIS

### Artigo 25

#### Adoção dos laudos

Os laudos do Tribunal Arbitral Ad Hoc e os do Tribunal Permanente de Revisão serão adotados por maioria, serão fundamentados e assinados pelo Presidente e pelos demais árbitros. Os árbitros não poderão fundamentar votos em dissidência e deverão manter a confidencialidade da votação. As deliberações também serão confidenciais e assim permanecerão em todo o momento.

### Artigo 26

#### Obrigatoriedade dos laudos

1. Os laudos dos Tribunais Arbitrais Ad Hoc são obrigatórios para os Estados partes na controvérsia a partir de sua notificação e terão, em relação a eles, força de coisa julgada se, transcorrido o prazo previsto no artigo 17.1 para interpor recurso de revisão, este não tenha sido interposto.

2. Os laudos do Tribunal Permanente de Revisão são inapeláveis, obrigatórios para os Estados partes na controvérsia a partir de sua notificação e terão, com relação a eles, força de coisa julgada.

### Artigo 27

#### Obrigatoriedade do cumprimento dos laudos

Os laudos deverão ser cumpridos na forma e com o alcance com que foram emitidos. A adoção de medidas compensatórias nos termos deste Protocolo não exime o Estado parte de sua obrigação de cumprir o laudo.

### Artigo 28

#### Recurso de esclarecimento

1. Qualquer dos Estados partes na controvérsia poderá solicitar um esclarecimento do laudo do Tribunal Arbitral Ad Hoc ou do Tribunal Permanente de Revisão e sobre a forma com que deverá cumprir-se o laudo, dentro de quinze (15) dias subseqüentes à sua notificação.

2. O Tribunal respectivo se expedirá sobre o recurso nos quinze (15) dias subseqüentes à apresentação da referida solicitação e poderá outorgar um prazo adicional para o cumprimento do laudo.

### Artigo 29

#### Prazo e modalidade de cumprimento

1. Os laudos do Tribunal Ad Hoc ou os do Tribunal Permanente de Revisão, conforme o caso, deverão ser cumpridos no prazo que os respectivos Tribunais estabelecerem. Se não for estabelecido um prazo, os laudos deverão ser cumpridos no prazo de trinta (30) dias seguintes à data de sua notificação.

**2.** Caso um Estado parte interponha recurso de revisão, o cumprimento do laudo do Tribunal Arbitral Ad Hoc será suspenso durante o trâmite do mesmo.

**3.** O Estado parte obrigado a cumprir o laudo informará à outra parte na controvérsia, assim como ao Grupo Mercado Comum, por intermédio da Secretaria Administrativa do MERCOSUL, sobre as medidas que adotará para cumprir o laudo, dentro dos quinze (15) dias contados desde sua notificação.

#### Artigo 30

##### Divergências sobre o cumprimento do laudo

**1.** Caso o Estado beneficiado pelo laudo entenda que as medidas adotadas não dão cumprimento ao mesmo, terá um prazo de trinta (30) dias, a partir da adoção das mesmas, para levar a situação à consideração do Tribunal Arbitral Ad Hoc ou do Tribunal Permanente de Revisão, conforme o caso.

**2.** O Tribunal respectivo terá um prazo de trinta (30) dias a partir da data que tomou conhecimento da situação para dirimir as questões referidas no numeral anterior.

**3.** Caso não seja possível a convocação do Tribunal Arbitral Ad Hoc que conheceu do caso, outro será conformado com o ou os suplentes necessários mencionados nos artigos 10.2 e 10.3.

#### CAPÍTULO IX

##### MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

#### Artigo 31

##### Faculdade de aplicar medidas compensatórias

**1.** Se um Estado parte na controvérsia não cumprir total ou parcialmente o laudo do Tribunal Arbitral, a outra parte na controvérsia terá a faculdade, dentro do prazo de um (1) ano, contado a partir do dia seguinte ao término do prazo referido no artigo 29.1, e independentemente de recorrer aos procedimentos do artigo 30, de iniciar a aplicação de medidas compensatórias temporárias, tais como a suspensão de concessões ou outras obrigações equivalentes, com vistas a obter o cumprimento do laudo.

**2.** O Estado Parte beneficiado pelo laudo procurará, em primeiro lugar, suspender as concessões ou obrigações equivalentes no mesmo setor ou setores afetados. Caso considere impraticável ou ineficaz a suspensão no mesmo setor, poderá suspender concessões ou obrigações em outro setor, devendo indicar as razões que fundamentam essa decisão.

**3.** As medidas compensatórias a serem tomadas deverão ser informadas formalmente pelo Estado Parte que as aplicará, com uma antecedência mínima de quinze (15) dias, ao Estado Parte que deve cumprir o laudo.

#### Artigo 32

##### Faculdade de questionar medidas compensatórias

**1.** Caso o Estado Parte beneficiado pelo laudo aplique medidas compensatórias por considerar insuficiente o cumprimento do mesmo, mas o Estado Parte obrigado a cumprir o laudo considerar que as medidas adotadas são satisfatórias, este último

terá um prazo de quinze (15) dias, contado a partir da notificação prevista no artigo 31.3, para levar esta situação à consideração do Tribunal Arbitral Ad Hoc ou do Tribunal Permanente de Revisão, conforme o caso, o qual terá um prazo de trinta (30) dias desde a sua constituição para se pronunciar sobre o assunto.

**2.** Caso o Estado Parte obrigado a cumprir o laudo considere excessivas as medidas compensatórias aplicadas, poderá solicitar, até quinze (15) dias depois da aplicação dessas medidas, que o Tribunal Ad Hoc ou o Tribunal Permanente de Revisão, conforme corresponda, se pronuncie a respeito, em um prazo não superior a (trinta) 30 dias, contado a partir da sua constituição.

i) O Tribunal pronunciar-se-á sobre as medidas compensatórias adotadas. Avaliará, conforme o caso, a fundamentação apresentada para aplicá-las em um setor distinto daquele afetado, assim como sua proporcionalidade com relação às consequências derivadas do não cumprimento do laudo.

ii) Ao analisar a proporcionalidade, o Tribunal deverá levar em consideração, entre outros elementos, o volume e/ou o valor de comércio no setor afetado, bem como qualquer outro prejuízo ou fator que tenha incidido na determinação do nível ou montante das medidas compensatórias.

**3.** O Estado Parte que aplicou as medidas deverá adequá-las à decisão do Tribunal em um prazo máximo de dez (10) dias, salvo se o Tribunal estabelecer outro prazo.

## CAPÍTULO X

### DISPOSIÇÕES COMUNS AOS CAPÍTULOS VI E VII

#### Artigo 33

##### Jurisdição dos tribunais

Os Estados Partes declaram reconhecer como obrigatória, ipso facto e sem necessidade de acordo especial, a jurisdição dos Tribunais Arbitrais Ad Hoc que em cada caso se constituam para conhecer e resolver as controvérsias a que se refere o presente Protocolo, bem como a jurisdição do Tribunal Permanente de Revisão para conhecer e resolver as controvérsias conforme as competências que lhe confere o presente Protocolo.

#### Artigo 34

##### Direito aplicável

**1.** Os Tribunais Arbitrais Ad Hoc e o Tribunal Permanente de Revisão decidirão a controvérsia com base no Tratado de Assunção, no Protocolo de Ouro Preto, nos protocolos e acordos celebrados no marco do Tratado de Assunção, nas Decisões do Conselho do Mercado Comum, nas Resoluções do Grupo Mercado Comum e nas Diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL, bem como nos princípios e disposições de Direito Internacional aplicáveis à matéria.

**2.** A presente disposição não restringe a faculdade dos Tribunais Arbitrais Ad Hoc ou a do Tribunal Permanente de Revisão, quando atue como instância direta e única conforme o disposto no artigo 23, de decidir a controvérsia ex aequo et bono, se as partes assim acordarem.

## Artigo 35

### Qualificação dos árbitros

1. Os árbitros dos Tribunais Arbitrais Ad Hoc e os do Tribunal Permanente de Revisão deverão ser juristas de reconhecida competência nas matérias que possam ser objeto das controvérsias e ter conhecimento do conjunto normativo do MERCOSUL.
2. Os árbitros deverão observar a necessária imparcialidade e independência funcional da Administração Pública Central ou direta dos Estados Partes e não ter interesses de índole alguma na controvérsia. Serão designados em função de sua objetividade, confiabilidade e bom senso.

## Artigo 36

### Custos

1. Os gastos e honorários ocasionados pela atividade dos árbitros serão custeados pelo país que os designe e os gastos e honorários do Presidente do Tribunal Arbitral Ad Hoc serão custeados em partes iguais pelos Estados partes na controvérsia, a menos que o Tribunal decida distribuí-los em proporção distinta.
2. Os gastos e honorários ocasionados pela atividade dos árbitros do Tribunal Permanente de Revisão serão custeados em partes iguais pelos Estados partes na controvérsia, a menos que o Tribunal decida distribuí-los em proporção distinta.
3. Os gastos a que se referem os incisos anteriores poderão ser pagos por intermédio da Secretaria Administrativa do MERCOSUL. Os pagamentos poderão ser realizados por intermédio de um Fundo Especial que poderá ser criado pelos Estados Partes ao depositar as contribuições relativas ao orçamento da Secretaria Administrativa do MERCOSUL, conforme o artigo 45 do Protocolo de Ouro Preto, ou no momento de iniciar os procedimentos previstos nos Capítulos VI ou VII do presente Protocolo. O Fundo será administrado pela Secretaria Administrativa do MERCOSUL, a qual deverá anualmente prestar contas aos Estados Partes sobre sua utilização.

## Artigo 37

### Honorários e demais gastos

Os honorários, gastos de transporte, hospedagem, diárias e outros gastos dos árbitros serão determinados pelo Grupo Mercado Comum.

## Artigo 38

### Sede

A sede do Tribunal Arbitral Permanente de Revisão será a cidade de Assunção. Não obstante, por razões fundamentadas, o Tribunal poderá reunir-se, excepcionalmente, em outras cidades do MERCOSUL. Os Tribunais Arbitrais Ad Hoc poderão reunir-se em qualquer cidade dos Estados Partes do MERCOSUL.

## CAPÍTULO XI

### RECLAMAÇÕES DE PARTICULARES

#### Artigo 39

##### Âmbito de aplicação

O procedimento estabelecido no presente Capítulo aplicar-se-á às reclamações efetuadas por particulares (pessoas físicas ou jurídicas) em razão da sanção ou aplicação, por qualquer dos Estados Partes, de medidas legais ou administrativas de efeito restritivo, discriminatórias ou de concorrência desleal, em violação do Tratado de Assunção, do Protocolo de Ouro Preto, dos protocolos e acordos celebrados no marco do Tratado de Assunção, das Decisões do Conselho do Mercado Comum, das Resoluções do Grupo Mercado Comum e das Diretrizes da Comissão de Comércio do MERCOSUL.

#### Artigo 40

##### Início do trâmite

1. Os particulares afetados formalizarão as reclamações ante a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum do Estado Parte onde tenham sua residência habitual ou a sede de seus negócios.
2. Os particulares deverão fornecer elementos que permitam determinar a veracidade da violação e a existência ou ameaça de um prejuízo, para que a reclamação seja admitida pela Seção Nacional e para que seja avaliada pelo Grupo Mercado Comum e pelo grupo de especialistas, se for convocado.

#### Artigo 41

##### Procedimento

1. A menos que a reclamação se refira a uma questão que tenha motivado o início de um procedimento de Solução de Controvérsias de acordo com os Capítulos IV a VII deste Protocolo, a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum que tenha admitido a reclamação conforme o artigo 40 do presente Capítulo deverá entabular consultas com a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum do Estado Parte a que se atribui a violação, a fim de buscar, mediante as consultas, uma solução imediata à questão levantada. Tais consultas se darão por concluídas automaticamente e sem mais trâmites se a questão não tiver sido resolvida em um prazo de quinze (15) dias contado a partir da comunicação da reclamação ao Estado Parte a que se atribui a violação, salvo se as partes decidirem outro prazo.
2. Finalizadas as consultas, sem que se tenha alcançado uma solução, a Seção Nacional do Grupo Mercado Comum elevará a reclamação sem mais trâmite ao Grupo Mercado Comum.

## Artigo 42

### Intervenção do Grupo Mercado Comum

1. Recebida a reclamação, o Grupo Mercado Comum avaliará os requisitos estabelecidos no artigo 40.2, sobre os quais se baseou sua admissão pela Seção Nacional, na primeira reunião subsequente ao seu recebimento. Se concluir que não estão reunidos os requisitos necessários para dar-lhe curso, rejeitará a reclamação sem mais trâmite, devendo pronunciar-se por consenso.
2. Se o Grupo Mercado Comum não rejeitar a reclamação, esta considerará-se admitida. Neste caso, o Grupo Mercado Comum procederá de imediato à convocação de um grupo de especialistas que deverá emitir um parecer sobre sua procedência, no prazo improrrogável de trinta (30) dias contado a partir da sua designação.
3. Nesse prazo, o grupo de especialistas dará oportunidade ao particular reclamante e aos Estados envolvidos na reclamação de serem ouvidos e de apresentarem seus argumentos, em audiência conjunta.

## Artigo 43

### Grupo de especialistas

1. O grupo de especialistas a que faz referência o artigo 42.2 será composto de três (3) membros designados pelo Grupo Mercado Comum ou, na falta de acordo sobre um ou mais especialistas, estes serão escolhidos por votação que os Estados Partes realizarão dentre os integrantes de uma lista de vinte e quatro (24) especialistas. A Secretaria Administrativa do MERCOSUL comunicará ao Grupo Mercado Comum o nome do especialista ou dos especialistas que tiverem recebido o maior número de votos. Neste último caso, e salvo se o Grupo Mercado Comum decidir de outra maneira, um (1) dos especialistas designados não poderá ser nacional do Estado contra o qual foi formulada a reclamação, nem do Estado no qual o particular formalizou sua reclamação, nos termos do artigo 40.
2. Com o fim de constituir a lista dos especialistas, cada um dos Estados Partes designará seis (6) pessoas de reconhecida competência nas questões que possam ser objeto de reclamação. Esta lista ficará registrada na Secretaria Administrativa do MERCOSUL.
3. Os gastos derivados da atuação do grupo de especialistas serão custeados na proporção que determinar o Grupo Mercado Comum ou, na falta de acordo, em montantes iguais pelas partes diretamente envolvidas na reclamação.

## Artigo 44

### Parecer do grupo de especialistas

1. O grupo de especialistas elevará seu parecer ao Grupo Mercado Comum.
  - i) Se, em parecer unânime, se verificar a procedência da reclamação formulada contra um Estado Parte, qualquer outro Estado Parte poderá requerer-lhe a adoção de medidas corretivas ou a anulação das medidas questionadas. Se o requerimento não prosperar num prazo de quinze (15) dias, o Estado Parte que o efetuou poderá recorrer diretamente ao procedimento arbitral, nas condições estabelecidas no Capítulo VI do presente Protocolo.

ii) Recebido um parecer que considere improcedente a reclamação por unanimidade, o Grupo Mercado Comum imediatamente dará por concluída a mesma no âmbito do presente Capítulo.

iii) Caso o grupo de especialistas não alcance unanimidade para emitir um parecer, elevará suas distintas conclusões ao Grupo Mercado Comum que, imediatamente, dará por concluída a reclamação no âmbito do presente Capítulo.

2. A conclusão da reclamação por parte do Grupo Mercado Comum, nos termos das alíneas (ii) e (iii) do numeral anterior, não impedirá que o Estado Parte reclamante dê início aos procedimentos previstos nos Capítulos IV a VI do presente Protocolo.

## CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES GERAIS

### Artigo 45

#### Acordo ou desistência

Em qualquer fase dos procedimentos, a parte que apresentou a controvérsia ou a reclamação poderá desistir das mesmas, ou as partes envolvidas no caso poderão chegar a um acordo dando-se por concluída a controvérsia ou a reclamação, em ambos os casos. As desistências e acordos deverão ser comunicados por intermédio da Secretaria Administrativa do MERCOSUL ao Grupo Mercado Comum, ou ao Tribunal que corresponda, conforme o caso.

### Artigo 46

#### Confidencialidade

1. Todos os documentos apresentados no âmbito dos procedimentos previstos neste Protocolo são de caráter reservado às partes na controvérsia, à exceção dos laudos arbitrais.

2. A critério da Seção Nacional do Grupo Mercado Comum de cada Estado Parte e quando isso seja necessário para a elaboração das posições a serem apresentadas ante o Tribunal, esses documentos poderão ser dados a conhecer, exclusivamente, aos setores com interesse na questão.

3. Não obstante o estabelecido no numeral 1, o Conselho do Mercado Comum regulamentará a modalidade de divulgação dos textos e apresentações relativos a controvérsias já concluídas.

### Artigo 47

#### Regulamentação

O Conselho do Mercado Comum aprovará a regulamentação do presente Protocolo no prazo de sessenta (60) dias a partir de sua entrada em vigência.

### Artigo 48

#### Prazos

1. Todos os prazos estabelecidos no presente Protocolo são peremptórios e serão contados por dias corridos a partir do dia seguinte ao ato ou fato a que se referem.



Não obstante, se o vencimento do prazo para apresentar um texto ou cumprir uma diligência não ocorrer em dia útil na sede da Secretaria Administrativa do MERCOSUL, a apresentação do texto ou cumprimento da diligência poderão ser feitos no primeiro dia útil imediatamente posterior a essa data.

2. Não obstante o estabelecido no numeral anterior, todos os prazos previstos no presente Protocolo poderão ser modificados de comum acordo pelas partes na controvérsia. Os prazos previstos para os procedimentos tramitados ante os Tribunais Arbitrais Ad Hoc e ante o Tribunal Permanente de Revisão poderão ser modificados quando as partes na controvérsia o solicitem ao respectivo Tribunal e este o conceda.

## CAPÍTULO XIII

### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

#### Artigo 49

##### Notificações iniciais

Os Estados Partes realizarão as primeiras designações e notificações previstas nos artigos 11, 18 e 43.2 em um prazo de trinta (30) dias, contado a partir da entrada em vigor do presente Protocolo.

#### Artigo 50

##### Controvérsias em trâmite

As controvérsias em trâmite iniciadas de acordo com o regime do Protocolo de Brasília continuarão a ser regidas exclusivamente pelo mesmo até sua total conclusão.

#### Artigo 51

##### Regras de procedimento

1. O Tribunal Permanente de Revisão adotará suas próprias regras de procedimento no prazo de trinta (30) dias, contado a partir de sua constituição, as quais deverão ser aprovadas pelo Conselho do Mercado Comum.

2. Os Tribunais Arbitrais Ad Hoc adotarão suas próprias regras de procedimento, tomando como referência as Regras Modelos a serem aprovadas pelo Conselho do Mercado Comum.

3. As regras mencionadas nos numerais precedentes deste artigo garantirão que cada uma das partes na controvérsia tenha plena oportunidade de ser ouvida e de apresentar seus argumentos e assegurarão que os processos se realizem de forma expedita.

## CAPÍTULO XIV

### DISPOSIÇÕES FINAIS

## Artigo 52

### Vigência e depósito

1. O presente Protocolo, parte integrante do Tratado de Assunção, entrará em vigor no trigésimo dia a partir da data em que tenha sido depositado o quarto instrumento de ratificação.
2. A República do Paraguai será depositária do presente Protocolo e dos instrumentos de ratificação e notificará aos demais Estados Partes a data de depósito desses instrumentos, enviando cópia devidamente autenticada deste Protocolo aos demais Estados Partes.

## Artigo 53

### Revisão do sistema

Antes de culminar o processo de convergência da tarifa externa comum, os Estados Partes efetuarão uma revisão do atual sistema de solução de controvérsias, com vistas à adoção do Sistema Permanente de Solução de Controvérsias para o Mercado Comum a que se refere o numeral 3 do Anexo III do Tratado de Assunção.

## Artigo 54

### Adesão ou denúncia *ipso jure*

A adesão ao Tratado de Assunção significará *ipso jure* a adesão ao presente Protocolo.  
A denúncia do presente Protocolo significará *ipso jure* a denúncia do Tratado de Assunção.

## Artigo 55

### Derrogação

1. O presente Protocolo derroga, a partir de sua entrada em vigência, o Protocolo de Brasília para a Solução de Controvérsias, adotado em 17 de dezembro de 1991 e o Regulamento do Protocolo de Brasília, aprovado pela Decisão CMC 17/98.
2. Não obstante, enquanto as controvérsias iniciadas sob o regime do Protocolo de Brasília não estejam concluídas totalmente e até se completarem os procedimentos previstos no artigo 49, continuará sendo aplicado, no que corresponda, o Protocolo de Brasília e seu Regulamento.
3. As referências ao Protocolo de Brasília que figuram no Protocolo de Ouro Preto e seu Anexo, entendem-se remetidas, no que corresponda, ao presente Protocolo.

## Artigo 56

### Idiomas

Serão idiomas oficiais em todos os procedimentos previstos no presente Protocolo o português e o espanhol.

Feito na cidade de Olivos, Província de Buenos Aires, República Argentina aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e dois, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA ARGENTINA  
EDUARDO DUHALDE  
CARLOS RUCKAUF

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO  
CELSO LAFER

PELA REPÚBLICA DO PARAGUAI  
LUIS GONZALEZ MACCHI  
JOSÉ ANTONIO MORENO RUFFINELLI

PELA REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI  
JORGE BATLLE IBAÑEZ  
DIDIER OPERTTI